



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Conselho Superior

RESOLUÇÃO CONSUP/IFPE Nº 341, DE 17 DE JUNHO DE 2026

Aprova, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Gestão Pública, da Diretoria de Educação a Distância.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições previstas no Regimento Interno do Conselho e tendo em vista o Processo Administrativo nº 23294.009282/2025-50,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Gestão Pública, da Diretoria de Educação a Distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE, na forma do Anexo desta Resolução.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no site do IFPE na internet e/ou no Boletim de Serviços do IFPE.

(assinado eletronicamente)
JOSÉ CARLOS DE SÁ JUNIOR



Documento assinado eletronicamente por **Jose Carlos de Sa Junior**, **Presidente(a) do Conselho Superior**, em 17/06/2026, às 15:21, conforme art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ifpe.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2481337** e o código CRC **EE69F77F**.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Diretoria de Educação a Distância
Universidade Aberta do Brasil

PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM
GESTÃO PÚBLICA

Recife/PE
2026

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro de Estado da Educação
Camilo Sobreira de Santana

Secretário-Executivo do Ministério da Educação
Leonardo Osvaldo Barchini Rosa

Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Denise Pires de Carvalho

Diretor de Educação a Distância
Antonio Carlos Rodrigues de Amorim

Coordenação-Geral de Articulação de Programas e Cursos EaD
Carlos Estevam Marcolini Rezende

Coordenação de Articulação de Programas e Cursos EaD
Shahuana Lívia Crystal Breucha Moreira Antunes Netto

Coordenação de Programas, Cursos e Monitoramento em EaD
Lucas Resende Salviano

Coordenação-Geral de Apoio Financeiro a Programas e Cursos EaD
Bruno Teles Nunes

Coordenação de Execução e Acompanhamento Financeiro
Rogério de Sousa Oliveira

Coordenação de Concessão e Monitoramento de Bolsas
Cid Luiz Carvalho de Medeiros

Reitor
José Carlos de Sá Junior

Pró-Reitora de Ensino
Magadã Marinho Rocha de Lira

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
Gabriela Lins Falcão

Pró-Reitora de Extensão
Laura Fabiana da Silva Caliento

Pró-Reitor de Administração
Aurino César Santiago de Souza

Pró-Reitora de Integração e Desenvolvimento Institucional
Jouberte Maria Leandro Santos

Diretor-Geral de Educação a Distância
José Severino Bento da Silva

Coordenadora-Geral do Programa UAB
Fabíola Nascimento dos Santos Paes

Assessoria Pedagógica
Rosa Maria Oliveira Teixeira de Vasconcelos

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM
GESTÃO PÚBLICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

Elaboração do Projeto-Base Capes/UAB

Profa. Dra. Maria Aparecida da Silva – Ufal (coordenação)
Prof. Dr. Dario de Oliveira Lima Filho – UFMS
Prof. Dr. Silvar Ribeiro – UnB
Prof. Dr. Anderson Castanha – UFJF
Prof. Dr. Marcos Tanure Sanabio – UFJF

Adaptação 2019

Maria de Fátima Neves Cabral – IFPE
Rosa Maria Oliveira Teixeira de Vasconcelos – IFPE
Stefania Patricia Silva de Souza – Coordenação do Curso
Fábia Gonçalves de Melo Torres – Coordenação de Tutoria

Adaptação 2026

Alba de Oliveira Barbosa – Docente IFPE
Graziella Chrysóstomo da Silva Moura – Bibliotecária IFPE
Rosa Maria Oliveira Teixeira de Vasconcelos – Pedagoga IFPE

**Comissão de Reestruturação do Projeto Pedagógico do Curso de
Especialização em Gestão Pública da Diretoria de Educação a Distância**

Portaria IFPE nº 469, de abril de 2026

SUMÁRIO

1	DADOS DE IDENTIFICAÇÃO.....	6
1.1	Dados de Identificação da Instituição.....	6
1.2	Dados de Identificação do Curso.....	7
2	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	8
2.1	Histórico do IFPE.....	8
2.3	Concepções e Princípios Pedagógicos.....	12
2.3.1	<i>Organização Pedagógica dos Componentes em Educação a Distância</i>	14
2.3.2	<i>Sistema de Mediação Pedagógica (Tutoria)</i>	15
3	DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA CAPES.....	17
3.2	Objetivos dos Cursos de Especialização do Programa UAB.....	18
6.1	Público-Alvo.....	23
7	PERFIL DO/A EGRESSO/A.....	25
8	CONCEPÇÃO DOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	28
8.1	Aspectos Fundamentais.....	28
8.2	Abordagens Teórico-Práticas.....	29
8.2.1	<i>Princípios Epistemológicos</i>	30
8.2.2	<i>Princípios Metodológicos</i>	30
8.2.3	<i>Princípios Dinamizadores</i>	31
8.3	Rede de Instituições Públicas.....	32
10	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	34
10.1	Estrutura Curricular.....	34
11	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	37
12	A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE EAD.....	39
12.1	A Organização do Curso.....	40
12.1.1	<i>Rede Comunicacional</i>	41
12.1.2	<i>Produção de Material Didático</i>	41
12.1.3	<i>Acolhimento dos Estudantes</i>	41
12.1.4	<i>Guia para os Estudantes</i>	42
12.2	Matriz Curricular.....	42
12.3	Fluxograma.....	43
12.4	Colegiado de Curso.....	44
13	CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO.....	46
13.1	Concepção de Avaliação.....	46
13.2	Processo de Avaliação da Aprendizagem.....	47
13.3	Avaliação da Aprendizagem no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem.....	51
13.4	CrITÉrios de Correção das Atividades Avaliativas.....	52
14	BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS.....	53
14.1	Biblioteca.....	53
14.2	Acervo Bibliográfico.....	53
14.3	Instalações e Equipamentos.....	54
14.3.1	<i>Da Sede</i>	54
14.3.2	<i>Dos Polos</i>	55
14.4	Acessibilidade.....	56
15	ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS.....	57

16 CERTIFICAÇÃO	58
18 PESSOAL DOCENTE E ADMINISTRATIVO	60
18.1 Perfil Profissional da Equipe de EaD Sistêmica.....	61
18.1.1 Grupo Principal.....	61
18.1.2 Professores Formadores.....	61
18.1.3 Grupo de Mediadores Pedagógicos a Distância	62
18.1.4 Grupo de Professores Orientadores.....	63
18.1.5 Pessoal Técnico	63
18.1.6 Grupo Administrativo.....	64
18.1.7 Coordenador/a de Curso.....	64
18.1.8 Coordenação-Geral de Controle Acadêmico (CGCA)	65
18.1.9 Administração da Plataforma de EaD	65
18.1.10 Formação do Corpo Técnico-Administrativo	66
18.2 Profissional da Equipe Operacional no Polo EaD	67
18.2.1 Coordenador/a de Polo	67
18.2.2 Tutor/a.....	67
18.2.3 Técnico/a de Informática	68
19 CERTIFICADOS	69
REFERÊNCIAS.....	70

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Este documento constitui o Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Gestão Pública, no formato de oferta a distância, incluído na área Administração, código 60200006, e na subárea Administração Pública, código 60202009, da tabela de áreas de conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

1.1 Dados de Identificação da Instituição

Mantenedora	Ministério da Educação
Nome de fantasia	MEC
Instituição	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
CNPJ	10.767.239/0001-45
Razão social	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Nome de fantasia	IFPE
Campus	Diretoria de Educação a Distância
Esfera administrativa	Federal
Categoria	Pública Federal
Endereço	Praça Ministro João Gonçalves, s/n, Edif. Sudene, Anexo, Engenho do Meio, Recife/ PE, CEP: 50670-500
Telefone	(81) 3878-2130
E-mail de contato	direcaogeral@ead.ifpe.edu.br
Sítio eletrônico da unidade	https://portal.ifpe.edu.br/
Código da IES no INEP	1809
Representante legal	José Carlos de Sá Junior

1.2 Dados de Identificação do Curso

Denominação	Curso de Especialização em Gestão Pública
Área de conhecimento (de acordo com a classificação da Capes/CNPq)	60200006 – Administração
Subárea (de acordo com a classificação da Capes/CNPq)	60202009 – Administração Pública
Nível	Superior – Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>
Modalidade	Educação a Distância – EaD
Titulação	Especialista em Gestão Pública
Formato da oferta	A Distância
Duração da hora-aula	60min
Carga horária dos componentes curriculares	360h
Carga horária do TCC	30h
Carga horária do curso	390h
Período de integralização	18 meses
Período de integralização máximo	36 meses
Forma de acesso	Processo seletivo com edital de seleção específico
Número de vagas por polo	40
Regime de matrícula	Matrícula única
Polos de oferta	Polos aptos do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB)
Reestruturação do curso/Matriz alterada	Matriz 2019
Sistema de organização	Subdivisão em módulos e unidades temáticas
Instituições parceiras	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)
Público-alvo	Portadores de diploma de curso superior que atuam ou venham a atuar na Administração Pública, no setor público não estatal e em outras áreas afins
Início da oferta	2026.1

2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1 Histórico do IFPE

O histórico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) na educação profissional começa em 16 de fevereiro de 1910, com o início das atividades da Escola de Aprendizes Artífices de Pernambuco, em atendimento ao Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, do presidente Nilo Peçanha, que criou em cada uma das capitais dos estados do Brasil escolas destinadas a ministrar o ensino profissional primário e gratuito, formando operários e contramestres.

As Escolas de Aprendizes Artífices foram reformuladas em 1918, mediante o Decreto nº 13.064, de 12 de junho, conservando, contudo, o seu caráter de instituição destinada a meninos pobres e apresentando poucas modificações em relação ao projeto original. Em 1937, as Escolas de Aprendizes Artífices, pela Lei nº 378, de 13 de janeiro, passaram a ser denominadas Liceus Industriais.

A Lei Orgânica do Ensino Industrial (Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942) veio para modificar completamente as antigas Escolas de Aprendizes Artífices, que passaram a oferecer ensino médio e, aos poucos, foram se configurando como instituições abertas a todas as classes sociais. A partir de 1942, o ensino industrial, abrangendo os ciclos básico e técnico, foi ampliado, passando a ser reconhecido como uma necessidade imprescindível para o próprio desenvolvimento do país.

Em 1959, a Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro, ofereceu estruturas mais amplas ao ensino industrial, sinalizando para uma política de valorização desse tipo de ensino. Nessa direção, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961) e, na sequência, a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, ao focalizarem a expansão e a melhoria do ensino, também contribuíram para a reformulação do ensino industrial.

Durante esse longo período, a Escola de Ensino Industrial do Recife, com as denominações sucessivas de Escola de Aprendizes Artífices, Liceu Industrial de Pernambuco, Escola Técnica do Recife e Escola Técnica Federal de Pernambuco (ETFPE), serviu à região e ao país, procurando ampliar sua missão de centro de educação profissional.

Em 17 de janeiro de 1983, a ETFPE passou a funcionar na Avenida Professor

Luís de Barros Freire, 500, no bairro do Curado, em instalações modernas, projetadas e construídas com o esforço conjunto de seus servidores e estudantes. Nessa sede, hoje, funcionam o *Campus* Recife e a Reitoria do IFPE.

Em 1999, por meio do Decreto s/n de 18 de janeiro de 1999, a ETFPE foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco (CEFET-PE), ampliando seu portfólio de cursos e passando também a atuar na educação superior, com cursos de formação de tecnólogos. É nesse quadro contínuo de mudanças e transformações, fruto, portanto, de um processo histórico, que se encontra inserido o CEFET-PE, cujo futuro sempre foi determinado, em grande parte, pelos desígnios dos sistemas político e produtivo do Brasil.

A partir de 1992, o CEFET-PE expandiu seu raio de atuação com a implantação das Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs). A Portaria Ministerial nº 1.533, de 19 de outubro de 1992, criou a UNED Pesqueira, no Agreste Central, e a Portaria Ministerial nº 851, de 3 de setembro de 2007, criou a UNED Ipojuca, na Região Metropolitana do Recife, fronteira com a região da Mata Sul do estado.

Finalmente, com a publicação da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A partir desse momento, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) passou a ser constituído por um total de nove *campi*, a saber: Belo Jardim, Barreiros e Vitória de Santo Antão (antigas Escolas Agrotécnicas Federais – EAFs); Ipojuca e Pesqueira (antigas UNEDs do CEFET-PE); Recife (antiga sede do CEFET-PE); além de Afogados da Ingazeira, Caruaru e Garanhuns, que se encontram em funcionamento desde 2010.

Em 2014, ocorreu a terceira fase da expansão da RFEPCT. Com isso, o IFPE ganhou mais sete unidades, nos municípios de Cabo de Santo Agostinho, Palmares, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista, Abreu e Lima e Igarassu, consolidando a sua presença na Região Metropolitana do Recife.

Desde sua concepção enquanto Instituto Federal que integra a RFEPCT, o IFPE tem como visão ser reconhecido como uma instituição comprometida com uma prática cidadã e inclusiva na formação humana, promotora de transformação social e alinhada, até 2026, com o desenvolvimento institucional e com os seus valores de Inclusão, Integridade, Gestão Democrática, Governança Pública e Sustentabilidade, assumidos como um compromisso institucional com a comunidade acadêmica e a

sociedade (IFPE, 2022).

Observadas as finalidades da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o IFPE atua na oferta de educação profissional técnica de nível médio, nas formas integrada e subsequente, na modalidade Proeja e na educação superior, com cursos de licenciatura, bacharelado e tecnológicos, bem como de pós-graduação *lato sensu* e de pós-graduação *stricto sensu*.

A expansão do IFPE impõe a necessidade de uma reconfiguração político-institucional para fazer face às demandas postas pelas mudanças nas relações do mundo do trabalho e na vida social. Nesse sentido, destaca-se a educação a distância da instituição, que alcança, atualmente, dois estados da região Nordeste: Pernambuco e Alagoas. Os polos se situam em: Águas Belas, Arcoverde, Carpina, Fernando de Noronha, Gravatá, Jaboatão dos Guararapes, Lajedo, Limoeiro, Palmares, Pesqueira, Santa Cruz do Capibaribe, Sertânia, Surubim e Timbaúba, em Pernambuco, e Santana do Ipanema, em Alagoas, todos pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). O polo Recife, localizado na sede da Diretoria de Educação a Distância (DEaD), atende exclusivamente ao curso técnico subsequente em Manutenção e Suporte em Informática (oferta própria).

A DEaD oferta cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu* na modalidade a distância desde 2007. A partir de 2009, passou a ofertar também cursos de nível médio (técnico subsequente) por meio da Rede e-Tec Brasil, posteriormente Pronatec e Programa Novos Caminhos. Na ocasião, foram ofertados cursos do Programa Pró-Funcionário, além dos cursos de Informática para Internet, Sistemas de Energia Renovável, Mecânica Automotiva e Guia de Turismo, bem como cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC).

Os cursos atualmente ofertados na DEaD são: graduação em tecnologia em Gestão Ambiental; licenciatura em Matemática; licenciatura em Geografia; especialização em Docência na Educação Profissional e Tecnológica; especialização em Ensino de Ciências – Ciência é 10!; especialização em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica; especialização em Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica; e técnico em Manutenção e Suporte em Informática. Esses cursos estão distribuídos nos 16 polos EaD.

A EaD do IFPE é dotada de modernas tecnologias, ocupando-se da produção e adaptação de materiais didáticos nas mais variadas mídias e da capacitação de educadores e profissionais da região. Desse modo, a instituição reúne as condições

necessárias, em termos de qualificação de seus profissionais e de estrutura física e tecnológica, que a credenciam à oferta de cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação *lato sensu* nos formatos semipresencial e a distância.

2.2 Histórico da Educação a Distância no Âmbito dos Cursos do IFPE

A Educação a Distância (EaD) no IFPE surgiu a partir de uma demanda do governo federal pela democratização, expansão e interiorização da educação como ação prioritária prevista no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério da Educação. Tendo como referência a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que enuncia em seu art. 80 a inclusão da EaD, a instituição se propõe a oferecer cursos nessa modalidade para atender a uma demanda reprimida de estudantes que enfrentam barreiras no acesso à educação, como falta de instituições locais, necessidade de conciliar trabalho e estudo, dificuldades de deslocamento e limitações de tempo. Segundo o Decreto nº 5.622/2005, a EaD é caracterizada como a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades em lugares ou tempos diversos.

Embora a educação presencial seja a fórmula pedagógica universal, essa realidade tem sido impelida a mudar com a apropriação das tecnologias da informação, que favorecem a rapidez de acesso ao conhecimento e a economia de infraestrutura, tornando a EaD um sistema eficiente de provimento de formação. Nesse contexto, o IFPE reconhece a importância estratégica do uso dessas tecnologias para expandir o ensino e democratizar o acesso, inclusive para comunidades privadas do direito de ir e vir. Para assegurar a qualidade, a modalidade conta com uma equipe multidisciplinar responsável pela concepção, produção e avaliação dos projetos integrando a Diretoria de Educação a Distância (DEaD).

Historicamente, em 2006, o então CEFET-PE submeteu ao MEC a oferta de dois cursos superiores a distância. Em 17 de outubro de 2007, iniciaram-se as atividades pedagógicas, com a licenciatura em Matemática (polos Ipojuca, Pesqueira e Santana do Ipanema-AL) e o curso de tecnologia em Gestão Ambiental (polos Ipojuca, Pesqueira, Itabaiana-PB e Dias d'Ávila-BA), sob a gestão da então Coordenadoria de Tecnologia Educacional e Educação a Distância (CEaD). Com a

criação dos Institutos Federais em 2008, a CEaD foi extinta e, em março de 2009, foi criada a DEaD, vinculada à Pró-reitoria de Ensino e, atualmente, ao Gabinete da Reitoria. Ainda em 2009, o edital do vestibular incluiu cursos técnicos, como Manutenção e Suporte em Informática, Manutenção Automotiva e Sistemas de Energia Renovável. Em 2010, iniciou-se o curso de especialização em Gestão Pública nos polos de Palmares, Ipojuca, Pesqueira, Santa Cruz do Capibaribe e Surubim.

A expansão do IFPE impõe uma reconfiguração para facear as mudanças no mundo do trabalho, destacando-se a EaD, que hoje alcança Pernambuco e Alagoas. Os polos situam-se em Águas Belas, Arcoverde, Carpina, Fernando de Noronha, Gravatá, Jaboatão dos Guararapes, Lajedo, Limoeiro, Palmares, Pesqueira, Santa Cruz do Capibaribe, Sertânia, Surubim e Timbaúba (PE), além de Santana do Ipanema (AL), todos pelo Sistema UAB. O polo Recife, na sede da DEaD, atende exclusivamente ao curso técnico em Manutenção e Suporte em Informática (oferta própria). Desde 2009, a DEaD ampliou sua atuação para os níveis médio e técnico, por meio da Rede e-Tec Brasil, Pronatec e Programa Novos Caminhos, ofertando cursos como Informática para Internet e Guia de Turismo, bem como de Formação Inicial e Continuada (FIC).

Atualmente, os cursos ofertados na DEaD incluem as graduações em tecnologia em Gestão Ambiental, licenciatura em Matemática e licenciatura em Geografia; as especializações em Docência na EPT, em Ensino de Ciências (C10), em Gestão na EPT e em EaD na EPT; além do curso técnico em Manutenção e Suporte em Informática.

A EaD do IFPE é dotada de modernas tecnologias para a produção de materiais didáticos e capacitação de educadores, reunindo as condições de qualificação profissional e estrutura física necessárias para a oferta de cursos técnicos e de pós-graduação nos formatos semipresencial e a distância.

2.3 Concepções e Princípios Pedagógicos

O IFPE concebe a aprendizagem como um processo de construção do conhecimento que se origina no interior do indivíduo, não apenas como um processo solitário na absorção de conteúdos, mas, principalmente, como um processo cognitivo que perpassa a intersubjetividade, mediada pelo/a professor/a e pelo/a mediador/a pedagógico/a. Assim, o/a aluno/a é estimulado/a a aprender a ser, aprender a

conviver, aprender a fazer e aprender a aprender.

Esse paradigma de aprendizagem ancora-se nos pressupostos de L. S. Vygotsky (1994), quer por considerar o aprendizado como um processo eminentemente social, quer por ressaltar a influência da cultura e das relações sociais na formação dos processos mentais superiores.

O enquadramento pedagógico da relação de ensino-aprendizagem baseia-se, também, em autores como Piaget (1983), bem como nas propostas de Moore (1993), que destacam a autonomia e a independência do/a estudante, e de Holmberg (1995), que realçam a vertente da interação e da comunicação. O fazer pedagógico deve alinhar toda a instituição e requer olhares e práticas que sejam atuais, que recusem a reprodução infrutífera, que não traz resultados positivos para o/a estudante nem para a instituição.

Os princípios pedagógicos, filosóficos e legais que subsidiam a organização, definidos neste Projeto Pedagógico de Curso (PPC), nos quais a relação teoria-prática é o princípio fundamental associado à aprendizagem dos conhecimentos presentes na estrutura curricular do curso, conduzem a um fazer pedagógico em que as práticas interdisciplinares são privilegiadas.

A fim de assegurar a consecução e a consolidação das aprendizagens dos estudantes, contribuindo para o perfil de conclusão do curso, os professores, no desenvolvimento da prática docente, deverão zelar pelo planejamento e pelo desenvolvimento do ensino, bem como pela avaliação da aprendizagem na perspectiva da construção sociocultural do conhecimento, atribuindo ao/a estudante uma participação ativa enquanto sujeito construtor de conhecimento, numa relação dialógica entre professor/a e estudante.

Para tanto, adota-se como estratégia pedagógica o acompanhamento sistemático do desenvolvimento dos estudantes pelo/a professor/a regente, que elabora a sala virtual com base no plano de curso, dispondo conteúdos e atividades que se adequem ao perfil do grupo. Conta-se também com a equipe de mediadores pedagógicos, que são responsáveis por acompanhar todo o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes, motivando-os, esclarecendo dúvidas, orientando-os e fornecendo o *feedback* necessário à retroalimentação da aprendizagem. O curso proporciona ainda suporte presencial no polo, através do/a tutor/a, que é responsável por apoiar os estudantes em suas dificuldades de acesso aos conteúdos, podendo também formar grupos de estudos e sugerir material complementar de estudo para

facilitar a aprendizagem.

2.3.1 Organização Pedagógica dos Componentes em Educação a Distância

A Educação a Distância, embora prescindida da relação face a face em todos os momentos do processo de ensino e aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores regentes e mediadores pedagógicos. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.

No âmbito do IFPE, o Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) constitui-se como uma plataforma digital institucional destinada a mediar e organizar os processos de ensino e aprendizagem na modalidade de Educação a Distância (EAD), bem como apoiar o ensino presencial. Nesse ambiente, são disponibilizados conteúdos didáticos, atividades, avaliações, fóruns de discussão e ferramentas de comunicação, possibilitando a interação entre estudantes, docentes e mediadores pedagógicos.

O AVEA configura-se como um espaço pedagógico estruturado que integra recursos tecnológicos e metodológicos, orientados pelos objetivos formativos do curso, favorecendo a autonomia do/a estudante, o acompanhamento sistemático do processo de aprendizagem e a gestão acadêmica dos componentes curriculares ofertados na modalidade a distância.

Nesse ambiente, são disponibilizadas ferramentas virtuais de aprendizagem que promovem a comunicação e a interação ao longo do processo educativo. Por meio de recursos assíncronos, como fóruns, mensagens e wikis, os estudantes podem interagir com a equipe docente e com seus pares, esclarecer dúvidas, realizar atividades e acessar os conteúdos de estudo. Além disso, o AVEA oferece ferramentas síncronas, como tutorias on-line realizadas por meio de webconferências em dias e horários previamente agendados e divulgados na sala virtual.

O componente curricular é estruturado a partir da integração de estratégias, recursos e elementos pedagógicos e tecnológicos, articulados de forma a atender às necessidades de aprendizagem dos estudantes. Os conteúdos previstos para cada componente serão organizados em capítulos ou unidades didáticas. Cada capítulo ou unidade corresponderá a uma semana letiva, sendo a quantidade total definida em função da carga horária do componente.

A semana letiva inicia-se na quarta-feira e encerra-se na terça-feira da semana subsequente. Os estudantes deverão dispor de, no mínimo, 20 horas semanais de estudo para o desenvolvimento das leituras, audiência de vídeos e outros materiais disponíveis, assim como para realização da atividade avaliativa obrigatória da semana no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA).

Na sala de aula virtual, os estudantes contam com o material didático do componente curricular, disposto em formato PDF (*Portable Document Format*), assim como o calendário de atividades a distância e presenciais do curso, o contrato pedagógico, o plano de aula e a agenda semanal com as orientações sobre o desenvolvimento das atividades da semana.

No início de cada componente curricular, os estudantes terão a seu dispor, no AVEA, um contrato pedagógico que explica a sua organização (carga horária, nomes dos mediadores pedagógicos e do/a professor/a regente). Também são mostrados a ementa do componente, a metodologia a ser utilizada, as atividades presenciais, os critérios e o processo de avaliação. Além disso, são explicitados os processos de segunda chamada e de exame final, como também orientações gerais. É de responsabilidade dos professores regentes elaborar e disponibilizar esse contrato no início de cada componente.

Dentre outras ferramentas virtuais de aprendizagem, os professores regentes se utilizam, para o desenvolvimento do componente curricular, de: envio de arquivos, webquests, webconferências, questionários, acesso a sites, vídeos e textos.

No polo de apoio presencial, os estudantes contarão com infraestrutura física e organizacional que possibilite o desenvolvimento das atividades presenciais e a distância, através de biblioteca, laboratório de informática com acesso à internet e salas de aula.

2.3.2 Sistema de Mediação Pedagógica (Tutoria)

O corpo de mediadores pedagógicos desempenha papel de fundamental importância no processo educacional de cursos a distância. É compreendido como um dos sujeitos que participam ativamente da prática pedagógica. Suas atividades, desenvolvidas a distância e/ou presencialmente, contribuem para o desenvolvimento dos processos de ensino e de aprendizagem previstos nos programas de cada componente curricular.

A mediação pedagógica será realizada de forma a articular e acompanhar os processos de ensino e aprendizagem junto a estudantes geograficamente distantes, vinculados aos polos descentralizados de apoio presencial, promovendo a interação, o acompanhamento contínuo e o suporte às atividades formativas. A principal atribuição do/a tutor/a presencial é auxiliar os estudantes no desenvolvimento de suas atividades individuais e em grupo, fomentando o hábito da pesquisa e esclarecendo dúvidas em relação ao desenvolvimento da metodologia e ao uso das tecnologias disponíveis.

Os mediadores pedagógicos também têm a responsabilidade de promover espaços de construção coletiva de conhecimento e participar dos processos avaliativos de ensino-aprendizagem, juntamente com os professores regentes. Eles serão selecionados por meio de processo seletivo público simplificado de acordo com o edital publicado para tal fim.

O/A mediador/a pedagógico/a atenderá aos estudantes no AVEA semanalmente, em horários preestabelecidos fixados pelo/a professor/a. Além disso, deverá acessar diariamente o AVEA para interação e *feedback*. Esses profissionais receberão orientação sobre a função de mediador/a pedagógico/a e conhecerão o Projeto Pedagógico de Curso, o material didático e a metodologia do curso, assim como a tabela com os horários de atendimento síncrono.

3 DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA CAPES

A Diretoria de Educação a Distância (DED) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) objetiva fomentar e articular as instituições de ensino superior integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e seus polos de apoio, subsidiando a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores.

Ela busca apoiar a formação dos profissionais da educação por meio da concessão de bolsas e auxílios, bem como mediante o planejamento, a coordenação, o fomento e a avaliação dos cursos superiores na modalidade a distância ofertados pelas instituições integrantes da UAB.

Fazem parte dos objetivos da DED a formulação, a implementação e a execução de políticas de expansão e interiorização de formação superior pública. Para a consecução desses objetivos, a DED se articulará com o Conselho Técnico Científico da Educação Básica (CTC-EB) na elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da Capes no tocante à formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica e à construção de um sistema nacional de formação de professores.

Cabe à Diretoria o estabelecimento de diretrizes e normas para programas e cursos no âmbito do Sistema UAB e uma política institucional de estímulo à inovação em EAD. Além disso, também lhe cabe firmar acordos de cooperação técnica e instrumentos congêneres com as Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) e os mantenedores de polos integrantes do Sistema UAB.

3.1 Objetivos da Universidade Aberta do Brasil

De acordo com o Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, a UAB é um programa que tem como objetivos primordiais:

I - ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior por meio da educação a distância, priorizando a oferta na formação inicial de professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de proporcionar formação continuada àqueles já graduados;

II - ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública;

III - reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância; e

IV - formar professores e outros profissionais de educação nas áreas da diversidade, objetivando a disseminação e o desenvolvimento de metodologias educacionais de inserção dos temas de áreas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil.

3.2 Objetivos dos Cursos de Especialização do Programa UAB

Os cursos têm por objetivo a qualificação de pessoal de nível superior visando ao exercício de atividades gerenciais. Especificamente, pretendem:

- a) capacitar quadros de gestores para atuarem na administração de macro (governo) e micro (unidades organizacionais) sistemas públicos;
- b) capacitar profissionais com formação adequada para intervirem na realidade social, política e econômica;
- c) contribuir para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro nos âmbitos federal, estadual e municipal; e
- d) contribuir para que o/a gestor/a público/a desenvolva visão estratégica dos negócios públicos, a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade administrativa do governo ou de suas unidades produtivas.

4 JUSTIFICATIVA

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, Estados-Membros e Municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Com a introdução de um Estado mais forte, porém menor, este reduz seu papel nacional-desenvolvimentista, que vigorou por meio século (Abrúcio; Couto, 1996; Pinho; Santana, 2001). Dentro da concepção neoliberal, a partir de 1990, a União passa a exercer as “verdadeiras” funções de Estado: regulação e indução.

Nesse sentido, os dois níveis de governo subnacionais passam a assumir papéis complexos (antes exercido pela União), que exigem competências específicas de regulação e uma **nova gestão** de atividades essenciais, competências essas colocadas em segundo plano durante a fase desenvolvimentista. Segundo Pinho e Santana (2001), o esgotamento da capacidade de lidar com problemas complexos e extensos levou o governo central a transferir esses problemas para estados e municípios, sobretudo para esses últimos, que adotam o *welfarismo* municipal.

As políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força nos municípios com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), respectivamente. Em 2007, este foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos (Abrúcio; Couto, 1996; Abrúcio, 2005). Na realidade, até o presente momento muitos deles ainda não conseguiram sair do *status quo* anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública, como sugerem Kissler e Heidemann (2006).

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização do seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal, há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas.

Nesse sentido, tanto no desenho de nova estrutura organizacional quanto na gestão dos processos/atividades, União, estados e municípios necessitam de profissionais capacitados em gestão pública. Na União, essa tarefa já se acha mais bem desenvolvida, com a (re)estruturação e (re)valorização de diversas carreiras típicas de Estado (planejamento, fiscalização tributária, auditoria etc.). Nos âmbitos estadual e municipal, muito trabalho ainda precisa ser feito para que esses níveis de governo possam exercer, satisfatoriamente, seus papéis constitucionais.

Por essa razão, o desenvolvimento de conhecimentos e a permanente criação e capacitação constituem o ativo principal da sociedade e de suas instituições. O estudo continuado tem o papel de afastar isolamentos e aproximar distâncias de informações atualizadas que podem contribuir para o êxito da administração pública. Da mesma forma, a produção de conhecimento científico rompe as barreiras da simples reprodução de soluções prontas e acabadas, muitas vezes propagadas como milagrosas e definitivas no âmbito da gestão, e permite refletir sobre realidades locais numa perspectiva que integra o micro e o macro em novas possibilidades de atuações dos gestores.

O resultado esperado é a formação de atores públicos, instrumentalizados com inovadoras e criativas técnicas de gestão, que consideram movimentos globalizantes e sua influência na ordem econômica, mas vão além desse patamar e podem incorporar em suas práticas um novo pensamento: crítico, social e historicamente situado, político e afastado do tecnicismo exacerbado que não considera a dimensão humana em seus processos e decisões.

Com efeito, a formação profissional dos gestores deve ser diferenciada, diversificada, difusa. Exige-se desses profissionais preparo e conhecimento abrangentes nas mais diversas áreas, que passam por questões jurídicas, políticas, biológicas, sociais, ecológicas, antropológicas, cibernéticas, econômicas, de genética, educacionais.

É preciso ressaltar, também, a importância da pesquisa científica para os interesses da Administração Pública, como a realizada nos moldes desta especialização. A possibilidade de reflexão sobre realidades locais e a produção de

conhecimento próprio no âmbito brasileiro podem contribuir para modificar um quadro em que as bases teóricas para se pensar o país muitas vezes não o consideram em sua especificidade.

Além disso, a pesquisa científica na especialização pode garantir aos gestores o desenvolvimento da melhor forma de cumprir suas atribuições, proporcionando serviço profissional, eficiente e de qualidade à sua população.

Tal é a realidade do curso de especialização em Gestão Pública UAB-IFPE, que já apresenta turmas formadas com produção científica relevante e gestores que compreendem que globalização e a plena eficiência vão além de uma atuação meramente burocrática, unidimensional, tecnicista e despolitizada. Pode-se afirmar que mais que o alcance de um título, a especialização tornou-se o espaço vivo de produção de saber, de sua aplicação e da reflexão necessária sobre ele, na perspectiva do que Moesch (2002) denomina: saber-fazer e fazer-saber com a formação profissional e a produção científica realizada nas suas duas primeiras turmas.

Com base nessas características, e na constatação de que a capacitação administrativa está vinculada à competência, é preciso que seja dada oportunidade a cidadãos e a estados e prefeituras de todo o Brasil de se capacitarem para o exercício de uma administração pública profissional: papel inequívoco deste curso de especialização em Gestão Pública.

5 OBJETIVOS

5.1 Objetivo Geral

Capacitar os participantes para atuarem como gestores e analistas das políticas governamentais nos seus processos de formulação, implementação e avaliação, bem como nas atividades administrativas e de prestação de serviços das organizações públicas.

5.2 Objetivos Específicos

- Desenvolver competências e habilidades de articulação e negociação com atores sociais e políticos e com dirigentes e técnicos de outras organizações no seu ambiente de atuação.
- Assimilar conhecimentos teóricos e aplicados atualizados para diagnóstico e solução de problemas de política e de gestão das organizações públicas.
- Aplicar os modelos e instrumentos de planejamento estratégico e de gestão no contexto das organizações públicas com vistas à melhoria de seu desempenho, efetividade e legitimidade.
- Desenvolver sensibilidade e capacidade de incorporação de dimensões e aspectos éticos na atuação como gestor público.

6 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

O acesso ao curso ocorrerá exclusivamente por meio de processo seletivo público, regulamentado por edital específico, elaborado e divulgado pelo IFPE. O edital estabelecerá critérios, prazos, etapas e demais condições para inscrição, seleção e classificação dos candidatos. O processo observará a legislação educacional vigente e as normas institucionais aplicáveis.

6.1 Público-Alvo

Portadores de diploma de curso superior que atuam ou venham a atuar na Administração Pública, em todas as esferas e poderes do Estado, no setor público não estatal e em outras áreas afins.

6.2 Definição de Vagas, Formas de Ingresso e Processo Seletivo

O processo seletivo deve ser público, em consonância com a legislação em vigor no âmbito do que determina a Universidade Aberta do Brasil (UAB/Capes), e deve considerar o quantitativo de vagas acordado com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC) e a UAB/Capes.

O ingresso de candidatos deve considerar as normas internas do IFPE e a legislação vigente expressa neste PPC.

Assim, fica estabelecido o seguinte:

a) Quantitativo de vagas: 200 (duzentas).

b) Forma de ingresso: Processo seletivo interno, por meio de edital público elaborado por uma comissão designada para essa finalidade.

6.2.1 Meios de Divulgação do Curso

A divulgação do curso será realizada por meio de múltiplos canais institucionais e estratégias de comunicação direta, visando alcançar potenciais estudantes e assegurar ampla transparência quanto ao processo de inscrição e à oferta do curso.

Entre os meios previstos estão o site institucional do IFPE, que disponibilizará informações completas sobre o curso, requisitos e procedimentos seletivos; os

ambientes virtuais de aprendizagem, como suporte adicional à divulgação; a busca ativa junto aos órgãos públicos dos municípios do entorno do polo, garantindo que servidores públicos da região sejam informados sobre a oferta; e a articulação com as secretarias estaduais e municipais, promovendo o encaminhamento de informações oficiais e incentivando a participação de candidatos qualificados.

Essas ações visam ampliar o alcance da divulgação, fortalecer a interação com os órgãos locais e assegurar a igualdade de oportunidades de acesso, em consonância com as diretrizes institucionais e as políticas educacionais vigentes.

7 PERFIL DO/A EGRESSO/A

O perfil do/a egresso/a caracteriza-se pela sólida formação técnico-científica e pela capacidade de intervenção estratégica no âmbito das organizações do Estado e do terceiro setor. Este/a profissional é dotado/a de uma visão sistêmica e crítica, estando apto/a a articular conhecimentos interdisciplinares — que abrangem desde as finanças públicas até a gestão de pessoas — para o enfrentamento de dilemas organizacionais contemporâneos. A formação acadêmica provida capacita o/a especialista a atuar como um/a agente de mudança, utilizando ferramentas analíticas para o diagnóstico de cenários complexos e a proposição de soluções inovadoras. Além da proficiência técnica, o/a egresso/a demonstra competências interpessoais de liderança e comunicação, essenciais para a governança e para a tomada de decisão integrada, visando sempre a eficiência administrativa e o interesse público.

Os objetivos de aprendizado para os estudantes no curso de especialização em Gestão Pública são:

- a) compreender os conceitos básicos e as terminologias nas áreas funcionais chave de organizações do primeiro (Estado) e terceiro setores nas áreas de: gestão, estratégia, operações, finanças públicas, recursos humanos e outras;
- b) demonstrar habilidade para diagnosticar, analisar e oferecer soluções para situações organizacionais/empresariais complexas;
- c) desenvolver habilidades-chave (comunicação oral e escrita, trabalho em equipe, liderança) requeridas para uma carreira gerencial de sucesso; e
- d) estar apto/a a fazer a integração das áreas funcionais do negócio para permitir tomadas de decisões acertadas para a organização como um todo.

O curso permitirá o crescimento profissional e acadêmico dos estudantes por meio de:

- a) orientação da habilidade do pensamento crítico para os problemas de governo;
- b) desenvolvimento da habilidade de analisar estrategicamente as questões de relacionamento organização-ambiente em vez de oferecer apenas soluções operacionais;
- c) fortalecimento da habilidade de comunicação por meio de discussões presenciais e a distância (*chats*), estudos de casos, trabalhos escritos e apresentação presencial de seminários;

d) aumento da capacidade de liderança na organização por meio da participação em trabalhos em equipe;

e) ampliação da compreensão das variáveis ambientais que afetam a performance organizacional;

f) ênfase na natureza global do atual ambiente dos negócios e seu impacto sobre a tomada de decisão;

g) melhoria da habilidade de tomada de decisão em ambientes organizacionais mais complexos, por meio do uso de processos de simulação de situações estratégico-operacionais; e

h) integração dos aspectos teóricos e práticos do negócio, por meio da elaboração de projetos e da análise de casos.

O desenvolvimento de uma sociedade mais justa, com melhor distribuição de renda e permanente geração de empregos, é consequência de uma série de fatores econômicos, sociais e políticos, sendo importantes as práticas de organização e administração do trabalho adotadas na sociedade no decorrer de seu processo de desenvolvimento, tanto na área pública quanto na área empresarial. Nesse sentido, o papel reservado aos cursos de especialização em Gestão Pública é de grande importância, na medida em que os agentes especialistas egressos (gestores e formuladores de políticas públicas) estarão capacitados a intervirem na realidade social, política e econômica.

Em ambientes onde as mudanças ocorrem permanentemente e em grande velocidade, caracterizados ainda pela escassez de recursos e pelo alto nível de competitividade exigido pela sociedade contemporânea, é preciso que o/a profissional responsável pela condução das organizações públicas tenha desenvolvido sua criatividade, seu espírito crítico e sua capacidade de produção de novos conhecimentos.

Aliada a esta “personalidade dinâmica e flexível” — traço essencial na garantia de um bom desempenho do/a profissional da gestão — é preciso, ainda, que o/a gestor/a público/a desenvolva uma “visão estratégica dos negócios públicos”, o que pode ser obtido a partir do estudo sistemático e aprofundado das diversas áreas de ação no campo da Administração e da integração dessas áreas em termos de conhecimento conceitual e analítico.

Desse modo, independentemente dos conhecimentos “comportamentais” e “de contexto”, exige-se do/a gestor/a público/a o domínio das principais técnicas

gerenciais no campo organizacional, dos seus “recursos” humanos, financeiros e de produção, bem como da gestão pública, evidentemente referenciada em um compromisso ético com a construção de uma **sociedade justa**.

Por essa razão, espera-se que os estudantes apresentem variadas capacidades no campo organizacional e na área de estudos governamentais, como consequência necessária de sua formação como especialistas em Gestão Pública.

No campo organizacional e de seus recursos, espera-se que o/a gestor/a seja capaz de promover o equilíbrio entre os objetivos organizacionais, suas disponibilidades e os interesses e necessidades dos servidores e da sociedade em geral. Para tal, exige-se que o/a gestor/a seja capaz de pensar novas formas de organização (tanto nos seus aspectos estruturais como nos funcionais), compatíveis com um ambiente em que a participação no processo decisório e a crescente responsabilidade das organizações com o desenvolvimento humano parecem constituir-se em condições essenciais para a obtenção do sucesso.

Na área de estudos governamentais, é imprescindível que o/a gestor/a seja capaz de conhecer os processos de formação e desenvolvimento do Estado em sua inserção no processo mais amplo da formação social, bem como a lógica e os procedimentos das ações administrativas governamentais, seja na área financeira e orçamentária, seja no processo de formulação e avaliação de políticas públicas em geral, de modo a cuidar da “coisa pública” não apenas de modo eficiente, mas também responsável, permitindo assim a manutenção de relações harmônicas entre o setor público, de um lado, e o setor privado e a sociedade civil organizada, de outro, no âmbito das responsabilidades sociais do Estado.

8 CONCEPÇÃO DOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

8.1 Aspectos Fundamentais

A reconfiguração do aparelho estatal brasileiro, orientada pelos preceitos da *New Public Management* (Nova Gestão Pública), estabeleceu um novo paradigma de eficiência, economicidade e foco em resultados. A transição de um Estado estritamente desenvolvimentista para um modelo predominantemente regulador e indutor exigiu a modernização das estruturas administrativas e a profissionalização do corpo técnico. Esse cenário impõe demandas gerenciais complexas, que transcendem a execução burocrática e exigem gestores dotados de sólida formação teórico-conceitual nas dimensões social, política, econômica e administrativa.

No âmbito da administração federal, observa-se a necessidade premente de competências voltadas à governança e à logística estratégica. Setores críticos, como educação e saúde — que concentram parcela significativa da força de trabalho civil da União —, demandam expertise técnica para a operacionalização de programas de alta magnitude, garantindo a capilaridade e a eficiência na distribuição de insumos essenciais em todo o território nacional.

No nível estadual, o desafio concentra-se na modernização das estruturas organizacionais e na articulação de redes de cooperação intermunicipais. A formação de consórcios e redes de desenvolvimento regional apresenta-se como alternativa técnica para mitigar a ausência de economia de escala em municípios de pequeno porte, permitindo o avanço em áreas prioritárias como saneamento, habitação e infraestrutura urbana.

Já a esfera municipal, diante das diretrizes do Estatuto da Cidade e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), exige uma gestão altamente especializada. O perfil profissional requerido deve integrar conhecimentos profundos em arrecadação e tributação, processos licitatórios, administração de projetos e planejamento estratégico. A eficácia da governança local depende, portanto, da capacidade do/a gestor/a em aumentar a competitividade urbana, desenhar sistemas de crédito sustentáveis e promover a colaboração intergovernamental.

Em suma, a modernização do Estado brasileiro demanda egressos capazes de integrar as áreas funcionais da gestão com as exigências da responsabilidade fiscal e

social, atuando como agentes técnicos de transformação nas diversas instâncias da federação.

A partir de tudo isso, o Programa de Especialização em Gestão Pública foi estruturado com a seguinte configuração:

MÓDULOS	CARGA HORÁRIA
Básico	150 horas
Específico	210 horas
TCC	30h
Carga horária total	390 horas

As diretrizes do curso de especialização do Programa devem oportunizar uma formação que privilegie tanto a dimensão profissional quanto a dimensão política, buscando-se:

- a) a formação ético-humanística que a formação de cidadãos requer; e
- b) uma formação técnico-científica condizente com as exigências que o mundo do trabalho contemporâneo impõe.

8.2 Abordagens Teórico-Práticas

Para tanto, esta proposta para o curso de especialização na modalidade a distância traz como base para sua sustentação as seguintes diretrizes:

- a) nortear a concepção, a criação e a produção dos conhecimentos a serem trabalhados no curso, de forma a contemplar e integrar os tipos de saberes hoje reconhecidos como essenciais às sociedades do século XXI: os fundamentos teóricos e os princípios básicos dos campos de conhecimento; as técnicas, as práticas e os fazeres deles decorrentes; o desenvolvimento das aptidões sociais ligadas ao convívio ético e responsável;
- b) promover permanente instrumentalização dos recursos humanos envolvidos no domínio dos códigos de informação e comunicação, bem como suas respectivas tecnologias, além de estimular o desenvolvimento do pensamento autônomo, da curiosidade e da criatividade;
- c) selecionar temas e conteúdos que reflitam, prioritariamente, os contextos das

realidades vividas pelos públicos-alvo nos diferentes espaços de trabalho e também nas esferas local e regional;

d) adotar um enfoque pluralista no tratamento dos temas e conteúdos, recusando posicionamentos unilaterais, normativos ou doutrinários; e

e) nortear as atividades avaliativas da aprendizagem segundo uma concepção que resgate e revalorize a avaliação enquanto informação e tomada de consciência de problemas e dificuldades, com o fim de resolvê-los, para estimular e orientar a autoavaliação.

Três princípios nortearão a estrutura curricular do Programa: os epistemológicos, os metodológicos e os dinamizadores. Eles serão abordados nas seções seguintes.

8.2.1 Princípios Epistemológicos

Esses princípios, que devem sustentar a formação e o perfil do/a profissional de administração, são expressos por meio de duas dimensões:

a) **dimensão epistemológica**: que diz respeito à escolha e aos recortes teórico-metodológicos das áreas e disciplinas ligadas às ciências que integram o currículo do curso; e

b) **dimensão profissionalizante**: que, implicando a primeira, diz respeito aos suportes teórico-práticos que possibilitam uma compreensão do fazer do/a administrador/a em todas suas relações sociopolíticas e culturais e nas perspectivas da moral e da ética.

Tendo em vista essas duas dimensões, a estrutura curricular do Programa de Administração Pública sustenta-se em três módulos de estudos: Módulo Básico, que se refere aos fundamentos da administração e da administração pública, e Módulo Específico, que se refere aos componentes curriculares específicos em Gestão de Organização Pública e o módulo de TCC.

8.2.2 Princípios Metodológicos

A estrutura curricular deve incorporar a compreensão de que o currículo e o conhecimento devem ser vistos como construções e produtos de relações sociais particulares e históricas, além de que devem ser orientados numa perspectiva crítica

em que o processo ação-reflexão-ação se coloque como atitude que possibilite ultrapassar o conhecimento de senso comum.

Três conceitos são escolhidos para servir não somente de elo entre as diferentes áreas e os diferentes núcleos de conhecimento, mas também de fio condutor para a base metodológica do curso: historicidade, construção e diversidade.

A **historicidade** é vista como característica das ciências. Por meio desse conceito, espera-se que os estudantes percebam que o conhecimento se desenvolve, é construído, num determinado contexto histórico/social/cultural e, por isso mesmo, está sujeito às suas determinações. O desenvolvimento do conhecimento, por ser processual, não possui a limitação de início e fim, consubstanciando-se num *continuum* em que avanços e retrocessos se determinam e são determinados pelas condições histórico-culturais em que as ciências são construídas.

Outro conceito que perpassa todas as áreas e núcleos de conhecimento do curso é o de **construção**, para que os estudantes reforcem sua compreensão de que se os conhecimentos são históricos e determinados, eles são resultados de um processo de construção que se estabelece no e do conjunto de relações pessoas/pessoa, pessoa/natureza e pessoa/cultura. Essas relações, por serem construídas num contexto histórico e por serem culturalmente determinadas, jamais serão lineares e homogêneas. Assim, os estudantes devem se imbuir do firme propósito de se transformarem em profissionais que não somente aplicam conhecimentos, mas que também produzem conhecimentos.

Por fim, o conceito de **diversidade** é importante para que os estudantes compreendam como as diferentes abordagens determinam posicionamentos políticos na ação administrativa.

8.2.3 *Princípios Dinamizadores*

Os princípios dinamizadores do currículo são decorrentes não somente das abordagens epistemológica e metodológica do curso, mas também do fato de que os estudantes terão uma abordagem teórico-prática dos conteúdos trabalhados.

A adoção desse princípio implica uma dinâmica curricular que torne o vivido pensado e o pensado vivido, com a incorporação, no processo de formação acadêmica, da experiência profissional ou das práticas vividas pelos estudantes, a dialeticidade entre o desenvolvimento teórico das disciplinas e sua construção pela

prática; ou seja, a reflexão teórica e a prática estarão presentes de forma dialetizada na experiência da formação profissional.

Essa direção metodológica implica inter-relações epistemológicas, em que a construção integradora do conhecimento põe-se como princípio também fundamental no desenvolvimento do curso, buscando-se o reconhecimento da autonomia relativa de cada área de conhecimento e a necessária dialogicidade na busca do conhecimento da realidade social.

Como o Programa será desenvolvido na modalidade a distância, outros princípios se colocam como fundamentais na construção curricular: interação, autonomia, trabalho cooperativo, inter e transdisciplinaridade, investigação, relação teoria e prática, flexibilidade e dialogicidade.

8.3 Rede de Instituições Públicas

O curso de especialização do Programa será desenvolvido por Instituições Públicas de Educação Superior (IPES) em parceria com a Capes, SEED/MEC, Enap, Ministério da Educação e Ministério da Saúde. A exemplo do que ocorreu na oferta do curso de graduação em Administração – Projeto Piloto, a garantia de implantação dos preceitos aqui preconizados será dada pelo Fórum Nacional do Ensino Público de Administração, na modalidade a distância.

O Fórum tem o papel de integrar as políticas e as experiências de ensino, pesquisa e extensão na área de administração, reunindo os coordenadores de cursos de Administração oferecidos pelas IPES nos níveis de graduação e de pós-graduação *lato e stricto sensu*.

9 COORDENAÇÃO

O/A coordenador/a do curso será selecionado/a por meio de edital público a ser divulgado pela instituição, em conformidade com a legislação vigente e as normas institucionais aplicáveis.

O processo seletivo observará critérios objetivos previamente estabelecidos, garantindo transparência, isonomia e impessoalidade.

A designação do/a coordenador/a ocorrerá após a homologação do resultado final do edital.

10 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

10.1 Estrutura Curricular

A estrutura curricular é composta por um conjunto de componentes e um trabalho de conclusão de curso (TCC), com duração de 18 meses. Assim, o curso perfaz um total de 390 horas-aula, divididas em três módulos: Básico (150h), Específico (210h) e TCC (30h). Para integralização curricular, os estudantes deverão cumprir, com êxito, toda a carga horária e elaborar o trabalho de conclusão de curso, que deve ser apresentado em um dos formatos indicados em regulamentação própria do IFPE, revelando domínio do tema escolhido e tratamento científico adequado para uma defesa em banca examinadora.

Ressalta-se que a especialização pode comportar seminários temáticos que destaquem as atividades de pesquisa dos estudantes. Esse é um esforço para permitir que eles possam ser atores efetivos na construção do seu conhecimento em gestão pública, a partir de sua interação com a realidade vivenciada, juntamente com os professores de conteúdo.

As atividades didático-pedagógicas do curso serão desenvolvidas de forma a distância, com até 20% da carga horária total de cada componente curricular dedicada às atividades presenciais, incluída a avaliação presencial.

Os componentes curriculares dos módulos Básico e Específico serão distribuídos de forma contínua. Sempre que possível, eles serão ofertados um após o outro, mas poderão também ser ofertados concomitantemente (até dois ao mesmo tempo).

Precedendo o início do primeiro componente curricular, o curso oferecerá uma etapa de ambientação acadêmica no Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (AVEA). A ambientação visa capacitar os discentes no domínio técnico e funcional da plataforma Moodle, assegurando a plena fluidez na navegação, o uso adequado das ferramentas de interatividade e a autonomia tecnológica necessária para o desenvolvimento das atividades pedagógicas previstas no regime de educação a distância.

Ao longo do curso, professores formadores e mediadores pedagógicos desenvolverão suas atividades de ensino trabalhando os conteúdos dos componentes por meio de estratégias pedagógicas diversas: uso de material didático, videoaulas,

videoconferências e aulas presenciais. Com isso, espera-se que os estudantes desenvolvam autonomia no seu processo de aprendizagem e que professores e mediadores pedagógicos consigam diagnosticar possíveis dificuldades e recuperar a aprendizagem ao longo de todo o processo educativo.

Ao final de cada componente curricular, os estudantes serão submetidos a exames presenciais obrigatórios, conforme determinam a Organização Acadêmica Institucional do IFPE e a legislação vigente.

- **Módulo Básico**

O Módulo Básico é composto por cinco componentes curriculares de 30 horas, perfazendo um total de 150 horas.

MÓDULO BÁSICO		
Ordem	Componente Curricular	Carga Horária
1	Introdução à Educação a Distância	30h
2	Políticas Públicas e Sociedade	30h
3	Políticas Públicas	30h
4	Gestão Pública	30h
5	Metodologia de Pesquisa	30h
Total de Horas-Aula		150h

A função do Módulo Básico é propiciar aos estudantes uma visão abrangente e atualizada das disciplinas que fundamentam a gestão pública contemporânea, contextualizando a sua aplicação na realidade brasileira e internacional. Esse referencial lhes permitirá compreender melhor, ao longo do Módulo Específico, os problemas e as questões da atuação do Estado contemporâneo e sua Administração Pública.

- **Módulo Específico**

O Módulo Específico é composto por quatro componentes curriculares de 30 horas e dois de 45 horas, perfazendo um total de 210 horas.

MÓDULO ESPECÍFICO		
Ordem	Componente Curricular	Carga Horária
6	Orçamento e Finanças Governamentais	30h
7	Planejamento Estratégico e Gestão de Projetos	30h
8	Licitações, Contratos e Convênios	30h
9	Estruturas, Processos e Arranjos Organizacionais	45h
10	Gestão de Pessoas	30h
11	Governo Digital	45h
Total de Horas-Aula		210h

- **Módulo TCC**

O Módulo TCC terá apenas um componente curricular, Trabalho de Conclusão de Curso, com carga horária de 30 horas.

MÓDULO TCC		
Ordem	Componente Curricular	Carga Horária
12	Trabalho de Conclusão de Curso	30h

Para a concessão do título de especialista em Gestão Pública, o/a discente deverá integralizar com aproveitamento todos os componentes curriculares previstos na matriz e obter aprovação na defesa do trabalho de conclusão de curso (TCC). O referido trabalho deve, obrigatoriamente, apresentar aderência temática à administração pública e estar alinhado às linhas de pesquisa estabelecidas pela Coordenação do curso.

11 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O trabalho de conclusão de curso (TCC) constitui etapa essencial da formação, orientando o/a estudante na aplicação dos conhecimentos teóricos e metodológicos adquiridos.

Durante o TCC, o/a estudante contará com a orientação de um/a professor/a orientador/a, seguindo as normas da regulamentação vigente do IFPE.

São atribuições do/a professor/a orientador/a:

- orientar, acompanhar e avaliar os estudantes durante o processo de desenvolvimento do TCC em todas as suas fases;
- comparecer às reuniões convocadas pela Coordenação de Curso;
- informar à Coordenação de Curso a frequência, o cumprimento de prazos das atividades de orientação e o desempenho do/a estudante em relação ao TCC;
- presidir a banca examinadora do TCC do/a estudante sob sua orientação;
- solicitar o próprio afastamento da orientação à Coordenação de Curso, desde que justificado por escrito e quando houver substituto/a; e
- assegurar-se da autenticidade dos trabalhos construídos pelos orientandos, a fim de evitar o plágio total ou parcial de outros trabalhos acadêmicos.

O TCC deverá ser, estritamente, de autoria do/a estudante, que será reprovado/a se constatado plágio na construção do trabalho. A não entrega do TCC pelo/a orientando/a, o não comparecimento do/a orientando/a aos encontros de orientação previamente definidos e acordados, sejam presenciais ou a distância, ou a não apresentação do TCC em prazo previamente estipulado pela Coordenação de Curso resultará na reprovação do/a estudante.

As bancas examinadoras deverão ser constituídas por no mínimo três docentes: o/a orientador/a, um/a do quadro do curso e um/a externo/a, podendo haver convidados externos ao curso, quando necessário. Para compor a banca examinadora, é necessário que o/a convidado/a tenha titulação mínima de mestre e seja da área do curso ou tenha afinidade e interesse pelo tema ou objeto de estudo.

São atribuições da banca examinadora:

- examinar e avaliar o TCC conforme os critérios de avaliação previstos na Instrução Normativa REI/IFPE nº 3, de 15 de junho de 2022, e no Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* do IFPE;

- reunir-se em horário, data e local previamente estabelecidos;
- sugerir alterações no TCC, quando julgar necessárias; e
- emitir, por escrito, parecer final das avaliações.

O processo de avaliação consiste no acompanhamento sistemático e contínuo do TCC pelo/a orientador/a e na avaliação pela banca examinadora. A avaliação do TCC pela banca examinadora compreenderá a avaliação do trabalho escrito e da apresentação oral.

Somente os estudantes que estiverem aprovados em todas as disciplinas poderão realizar a defesa do TCC.

A defesa do TCC ocorrerá da seguinte forma:

a) **Apresentação do trabalho (20 minutos):** o/a estudante terá 20 minutos para apresentar o TCC para a banca examinadora, destacando os principais pontos do estudo, a metodologia utilizada e os resultados encontrados; e

b) **Arguição e considerações (30 minutos):** a banca examinadora fará perguntas, observações e considerações sobre o trabalho apresentado, com o objetivo de avaliar a profundidade da pesquisa, a consistência dos argumentos e a capacidade de defesa do/a estudante. O tempo máximo para as considerações da banca examinadora é de 30 minutos.

Ao final da defesa, a banca examinadora realizará uma deliberação consensual, e o/a estudante receberá um dos seguintes conceitos:

- aprovado/a; ou
- reprovado/a.

Caso o/a estudante seja aprovado/a, deverá realizar o depósito da versão final do TCC na biblioteca no prazo máximo de 30 dias após a divulgação do resultado.

Os estudantes reprovados na defesa do TCC deverão matricular-se novamente no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso, quando ofertado.

O material de orientação quanto à normatização do TCC está disponível na sala virtual Biblioteca, no AVEA.

O TCC deverá ser apresentado na forma de monografia, na forma de artigo publicado (ou aceito para publicação) em periódico indexado ou em anais de congresso científico relacionado à proposta do curso ou, ainda, na forma de materiais didáticos e instrucionais devidamente creditados, legitimados ou reconhecidos no meio acadêmico, conforme a Resolução Consup/IFPE nº 237/2024.

12 A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE EAD

Estamos vivendo um período histórico de “crise” e “transição”, cujos modelos e paradigmas tradicionais de compreensão e explicação da realidade estão sendo revistos enquanto outros emergem. As teorias clássicas no campo da educação não dão mais conta da complexidade do fenômeno e da prática educativa.

O paradigma positivista precisa ser totalmente substituído por outro ou outros. Os atuais paradigmas educacionais falam da necessidade da participação, da construção do conhecimento, da autonomia de aprendizagem, de currículo aberto, de redes de conhecimentos, da interconectividade dos problemas e das relações.

Nesse sentido, a Educação a Distância oferece possibilidades de uma nova prática educativa e social, por suas características e sua forma de organizar a aprendizagem e os processos formativos. Ela exige, portanto, uma *organização de apoio institucional* e uma *mediação pedagógica* que garantam as condições necessárias à efetivação do ato educativo. Trata-se de uma ação mais complexa e coletiva em que todos os sujeitos do processo de ensino e aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente: de quem vai conceber e elaborar o material didático a quem irá cuidar para que ele chegue às mãos dos estudantes, da Coordenação de Curso aos professores e mediadores pedagógicos.

A EaD deve ser pensada e implementada pela “instituição ensinante” numa perspectiva sistêmica. A metáfora da rede traduz bem essa nova visão da organização do trabalho pedagógico:

- a) **estudantes**: matriculados no curso e que irão estudar “a distância”;
- b) **professores regentes**: docentes com a função de preparar e gerenciar a sala virtual, dar assistência aos estudantes, orientar os mediadores pedagógicos e acompanhar o processo de avaliação, elaborando e organizando seminários temáticos;
- c) **mediadores pedagógicos**: docentes com a função de auxiliar o/a professor/a regente no desenvolvimento de todas as atividades e de orientar os estudantes nos seus estudos, dirimindo dúvidas e motivando-os para a aprendizagem individualizada e em grupo;
- d) **professores orientadores**: docentes com a função de orientar os estudantes sob sua responsabilidade na produção do trabalho de conclusão de curso;
- e) **tutores**: profissionais com formação superior e experiência docente,

responsáveis pela gestão administrativa nos polos, pelo suporte técnico-tecnológico aos discentes e pela mediação operacional;

f) **coordenadores de polo**: docentes do serviço público que fazem a gestão das atividades no polo de apoio presencial;

g) **coordenadores de tutoria**: coordenam os aspectos didático-pedagógicos do grupo de tutores sob sua responsabilidade;

h) **coordenadores de curso**: com titulação mínima de mestres e experiência em ensino, coordenam o curso e seus aspectos gerais, juntamente com os coordenadores de tutoria;

i) **equipe de apoio tecnológico e de logística**: responsável pelo suporte técnico ao Moodle, pela infraestrutura de produção audiovisual em estúdio e pela gestão logística de deslocamentos, incluindo passagens, diárias e transportes institucionais;

j) **equipe pedagógica**: composta pela Coordenação de Ensino, pela Assessoria Pedagógica, pela Coordenação de Gestão e Controle Acadêmico e pela Diplomação;

k) **Colegiado**: responsável pelo acompanhamento acadêmico do curso, é composto por professores, pela Coordenação de Curso, pela Assessoria Pedagógica, por um/a servidor/a técnico-administrativo/a e por um/a representante dos estudantes; e

l) **polos EaD**: onde se oferece aos estudantes estrutura de apoio ao desenvolvimento de suas atividades no curso, tais como salas de aula, laboratório de informática, biblioteca, entre outros.

12.1 A Organização do Curso

A Educação a Distância, embora prescindida da relação face a face em todos os momentos do processo de ensino e aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores e mediadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica. Dentre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- a implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- a produção e organização de material didático apropriado à modalidade;
- processos de orientação e avaliação próprios;

- o monitoramento do percurso dos estudantes; e
- a criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de estudo.

Para o curso de especialização em Gestão Pública na modalidade a distância, a estrutura e a organização do sistema que dá suporte à ação educativa preveem os elementos detalhados nas seções a seguir.

12.1.1 Rede Comunicacional

Torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação entre os vários polos do curso e o IFPE. Para tanto, é imprescindível a organização de estrutura física e acadêmica no IFPE com a garantia de:

- a) manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso;
- b) designação de coordenador/a que se responsabilize pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso; e
- c) suporte Moodle para a rede comunicacional prevista.

12.1.2 Produção de Material Didático

O material didático do curso, no âmbito da proposta curricular, configura-se como um dos dinamizadores da construção curricular e também como um balizador metodológico. É mediante o material didático que são feitos os recortes das áreas de conhecimento trabalhadas no curso, além do direcionamento metodológico proposto, recorrendo-se aos conceitos de historicidade, construção e diversidade.

12.1.3 Acolhimento dos Estudantes

A ambientação e o acolhimento constituem as peças-chave para o ingresso no curso, consolidando um período fundamental de recepção e integração afetiva e tecnológica que precede os conteúdos específicos da matriz curricular. Mais do que um treinamento técnico, essa etapa busca estabelecer um vínculo de confiança entre os estudante e o IFPE, mitigando o isolamento característico da modalidade a distância e humanizando o processo de ensino-aprendizagem.

Neste contexto, a ambientação atua como uma formação estratégica para o

domínio técnico e funcional do Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem. Os estudantes são instrumentalizados sobre o funcionamento do ecossistema EaD da instituição, compreendendo a dinâmica do curso, a organização dos materiais didáticos multimídia e as formas de suporte pedagógico. Ao promover esse acolhimento inicial, o curso garante que os alunos iniciem sua trajetória com a segurança necessária para navegar nas ferramentas digitais e com a clareza metodológica indispensável para uma aprendizagem autônoma e significativa.

12.1.4 Guia para os Estudantes

Os estudantes terão a seu dispor, no AVEA, o Manual do Estudante, com as orientações gerais sobre o funcionamento da EaD, a organização didática e as normas acadêmicas, o processo de avaliação do desempenho da aprendizagem, as orientações para o seu estudo, a relação e localização dos Polos do Sistema UAB (Polo UAB) e a estrutura organizacional da Diretoria de Educação a Distância (DEaD) do IFPE.

12.2 Matriz Curricular

As disciplinas dos Módulos Básico, Específico e TCC são as seguintes:

MÓDULO I – Básico		
	Disciplina	Carga Horária
1	Introdução à EAD	30h
2	Políticas Públicas e Sociedade	30h
3	Políticas Públicas	30h
4	Gestão Pública	30h
5	Metodologia de Pesquisa	30h
Total de Horas do Módulo I		150h

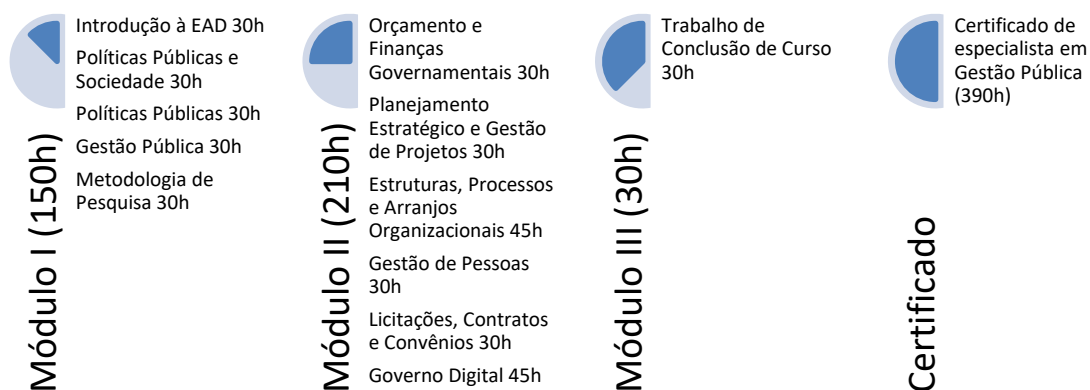
MÓDULO II – Específico		
	Disciplina	Carga Horária
6	Orçamento e Finanças Governamentais	30h
7	Planejamento Estratégico e Gestão de Projetos	30h
8	Estruturas, Processos e Arranjos Organizacionais	45h
9	Gestão de Pessoas	30h
10	Licitações, Contratos e Convênios	30h
11	Governo Digital	45h
Total de Horas do Módulo II		210h

MÓDULO III – TCC	
Trabalho de Conclusão de Curso	30h
Carga Horária Total do Módulo III	30h

12.3 Fluxograma

A seguir, apresenta-se o fluxograma do curso:

Fluxograma do Curso de Especialização em Gestão Pública



Fonte: Autoria própria.

12.4 Colegiado de Curso

Deverá ser criado o Colegiado do curso de especialização em Gestão Pública, que funcionará como um órgão democrático e participativo de função deliberativa, consultiva, propositiva e de planejamento acadêmico.

O Colegiado de Curso de pós-graduação *lato sensu* será constituído por cinco membros titulares e dois suplentes, nomeados por meio de portaria e assim distribuídos:

- I - o/a coordenador/a do curso de pós-graduação *lato sensu*;
- II - três representantes do corpo docente do curso, sendo um deles suplente;
- III - dois representantes do corpo discente que estejam regularmente matriculados no curso, sendo um deles suplente; e
- IV - um/a pedagogo/a ou, alternativamente, um/a Técnico/a em Assuntos Educacionais que tenha formação em pedagogia, designado/a pela Diretoria de Educação a Distância (DEaD).

Entre as atribuições do Colegiado de Curso, estão:

- I - atualizar o perfil profissional e a proposta pedagógica do programa;
- II - elaborar, acompanhar e, quando for o caso, reformular o regimento do curso de pós-graduação *lato sensu*, visando garantir sua qualidade didático-pedagógica;
- III - elaborar, analisar e avaliar o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e propor alterações, quando necessário;
- IV - analisar, aprovar e avaliar os planos de ensino das disciplinas do curso, propondo alterações, quando necessário;
- V - deliberar sobre os pedidos de prorrogação de prazo para a conclusão do curso e sobre as solicitações de equivalência de componentes curriculares ou processos afins, quando necessário;
- VI - avaliar as questões de ordem disciplinar ocorridas em turmas do curso;
- VII - designar os docentes que atuarão como orientadores dos trabalhos de conclusão de curso (TCCs) e tomar outras providências para esse fim;
- VIII - deliberar, em grau de recurso, sobre decisões do/a coordenador/a do curso; e
- IX - promover regularmente a autoavaliação do curso, com a participação de docentes e discentes.

Todas as demais questões em nível acadêmico do curso serão analisadas e

dirimidas pelo Colegiado de Curso em consonância com o Regimento do Colegiado dos Cursos de Pós-Graduação do IFPE e parecer da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (Propesq).

13 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

13.1 Concepção de Avaliação

Em um mundo caracterizado por mudanças, o grande desafio é identificar quando mudar ou atualizar uma proposta educativa ou curricular. Somente a avaliação dará suporte para a revisão de objetivos e finalidades do processo de ensinar e aprender de uma instituição educativa.

A avaliação, por ser um processo contínuo, de caráter dinâmico e temporal, deve abranger os estudantes e sua história de vida, desde sua entrada na escola, passando por toda sua trajetória do “aprender”.

Avaliação é um processo de ajuda à efetividade do ensino e da aprendizagem. Opta-se pela valorização das aprendizagens significativas que assegurem o domínio de competências e habilidades, de estratégias mentais do ato de aprender, da formação geral dos estudantes e dos processos criativos. É entendida como um processo mais amplo do que apenas a simples aferição de conhecimentos constituídos pelos estudantes em um determinado momento de sua trajetória escolar. Determina que se deve considerar tanto o processo que os estudantes desenvolvem ao aprender como o produto alcançado.

A avaliação, quando bem planejada, apontará as mudanças necessárias desde a confecção dos materiais até os procedimentos educativos oferecidos para o alcance dos objetivos e a construção das competências requeridas.

A avaliação no curso é concebida como uma dimensão do processo de ensino-aprendizagem, e não apenas como momentos isolados desse mesmo processo. Assim, a avaliação é vista como uma reflexão conjunta sobre a prática pedagógica durante o curso. Tal entendimento não exclui, no entanto, a utilização de instrumentos usuais de avaliação, tais como trabalhos escritos, atividades e testes desenvolvidos no ambiente virtual de aprendizagem e presencialmente.

O processo de avaliação de aprendizagem na Educação a Distância, embora possa se sustentar em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

Primeiro, porque um dos objetivos fundamentais da Educação a Distância deve ser o de obter dos estudantes não a capacidade de reproduzir ideias ou informações, mas, sim, o de produzir e reconstruir conhecimentos, analisar e posicionar-se

criticamente frente às situações concretas que se lhes apresentem.

Segundo, porque no contexto da EaD os estudantes não contam, comumente, com a presença física do/a professor/a. Por esse motivo, faz-se necessário desenvolver métodos de estudo individual e em grupo para que os estudantes possam: buscar interação permanente com os colegas, professores e mediadores todas as vezes que sentirem necessidade; obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

O trabalho do/a autor/a ao organizar o material didático básico para a orientação dos estudantes deve contribuir para que todos questionem aquilo que julgam saber e, principalmente, para que questionem os princípios subjacentes a esse saber.

Nesse sentido, a relação teoria-prática coloca-se como imperativo no tratamento do conteúdo selecionado para o curso. Para a relação intersubjetiva e dialógica entre professores e estudantes, mediada por textos, ela é fundamental.

O que interessa, portanto, no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica dos estudantes frente a suas próprias experiências, a fim de que possam atuar, dentro de seus limites, sobre o que os impede de agir para transformar aquilo que julgam limitado em termos das políticas públicas e dos processos de gestão.

Embora a avaliação ocorra de forma contínua, cumulativa, descritiva e compreensiva, é possível particularizar três momentos no processo:

- a) o acompanhamento, mediante diálogos, do percurso de estudo do/a estudante;
- b) a produção de trabalhos escritos que possibilitem sínteses dos conhecimentos trabalhados; e
- c) o desenvolvimento e a apresentação de resultados de pesquisas científicas realizadas ao longo dos Módulos I e II como produção relacionada aos componentes, além da realização de seminários temáticos que destaquem as atividades de pesquisa dos estudantes.

13.2 Processo de Avaliação da Aprendizagem

A avaliação da aprendizagem no IFPE tem como finalidade acompanhar o desenvolvimento dos estudantes a partir de uma observação integral e da avaliação das aprendizagens, visando também ao aperfeiçoamento do processo pedagógico e

das estratégias didáticas.

O processo de avaliação da aprendizagem será contínuo e cumulativo, com a preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, e possibilitará a verificação:

- a) da adequação do currículo ou da necessidade de sua reformulação;
- b) da eficácia dos recursos didáticos adotados;
- c) da necessidade de serem adotadas medidas para a recuperação paralela da aprendizagem;
- d) da necessidade de intervenção por parte dos professores no processo de ensino e aprendizagem; e
- e) do ajustamento psicossocial dos estudantes.

Os instrumentos a serem utilizados para a avaliação do desempenho da aprendizagem serão efetivados em cada componente curricular por meio de atividades de pesquisa, exercícios, testes, atividades práticas, elaboração de relatórios, estudos de casos, relatos de experiências, produções de textos, execução de projetos, entre outros, que sejam definidos nos planos de ensino, de acordo com a natureza do componente curricular.

Visando acompanhar se os objetivos do curso foram alcançados e se as estratégias adotadas foram apropriadas, faremos uso da avaliação diagnóstica, formativa e somativa. Serão atribuídos valores aos diferentes instrumentos usados para a avaliação e ao acompanhamento. Os estudantes ainda serão avaliados, por meio da observação direta dos professores, quanto ao planejamento e à execução de oficinas, seminários temáticos ou outros procedimentos pedagógicos.

Poderão ser aplicados quantos instrumentos avaliativos forem necessários ao processo de aprendizagem, cabendo, no mínimo, uma prática avaliativa presencial em cada componente curricular, de acordo com o Calendário Acadêmico de Atividades do Curso. Os encontros presenciais servirão para essas atividades avaliativas presenciais, que serão determinadas a partir das características de cada componente.

Durante o desenvolvimento de cada componente curricular, serão aplicadas diversas atividades avaliativas com os objetivos de acompanhar o desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes e identificar se as estratégias e os recursos tecnológicos utilizados pelos professores para disponibilizar o conteúdo estão sendo eficientes e efetivos. De posse desses dados, os professores poderão vir a tomar

decisões para reorientar o processo de ensino-aprendizagem.

A avaliação somativa, entendida como aquela que busca verificar o aproveitamento dos estudantes ao final de determinado período com a finalidade de decidir sobre sua progressão, será presencial e aplicada nos polos EaD ao final de cada componente curricular.

Todas as atividades avaliativas presenciais ou a distância serão corrigidas pelos mediadores pedagógicos a distância com supervisão dos professores regentes.

A avaliação dos estudantes será feita por meio de trabalhos, participação nas atividades programadas no ambiente virtual e exames presenciais. Os exames presenciais prevalecerão sobre os demais instrumentos de avaliação virtual.

Durante todo o processo de ensino-aprendizagem, e a partir dos resultados obtidos, a equipe docente proporcionará *feedback* para os estudantes, propiciando que façam a autoavaliação do seu próprio desempenho nas atividades realizadas.

O resultado da soma das atividades avaliativas de cada componente curricular deverá exprimir o grau de desempenho acadêmico dos estudantes, sendo expresso por nota de 0 (zero) a 10 (dez), considerando até a primeira casa decimal.

Caberá aos professores informar a seus estudantes o resultado de cada avaliação, bem como postar no ambiente virtual de aprendizagem o instrumento de avaliação presencial com seu respectivo gabarito ou fórum para discussão da avaliação presencial.

Será permitida a realização de segunda chamada para a avaliação presencial, desde que requerida dentro do prazo de três dias úteis, bem como comprovados os motivos expressos e atendidas as exigências do art. 177 da Organização Acadêmica Institucional.

O resultado das avaliações será calculado por meio da Média das Avaliações Realizadas (MAR), composta pelas Notas das Atividades Programadas a Distância (NAPD), que equivalem a 40%, e a(s) Nota(s) da(s) Avaliação(ões) Presencial(is) (NAP), que equivale(m) a 60%, conforme expresso na equação abaixo:

$$\mathbf{MAR = NAPD + NAP}$$

Em que:

MAR = Média das Avaliações Realizadas;

NAPD = Notas das Atividades Programadas a Distância; e

NAP = Nota(s) da(s) Avaliação(ões) Presencial(is).

Ao longo dos componentes dos Módulos I e II, intercalam-se atividades

obrigatórias no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA), que totalizam 4,0 (quatro) pontos, e atividades presenciais e avaliação presencial, que totalizam 6,0 (seis) pontos, sendo 5,0 (cinco) pontos destinados à avaliação presencial e 1,0 (um) ponto distribuído nas demais atividades presenciais desenvolvidas.

A avaliação do desempenho dos estudantes, para fins de promoção, conclusão de estudos e obtenção de certificados, ocorrerá mediante:

- o cumprimento das atividades programadas a distância;
- a realização de avaliações presenciais; e
- a obtenção de média mínima de 7,0 (sete).

Para ter o direito de fazer a avaliação presencial, o/a estudante deverá ter realizado, no mínimo, 50% das Atividades Programadas a Distância, obtendo nota diferente de 0,0 (zero) em pelo menos uma delas.

Serão considerados aprovados os estudantes que obtiverem nota igual ou superior a 7,0 (sete) em cada componente curricular.

A recuperação processual será aplicada para suprir as deficiências de aprendizado dos estudantes, tão logo elas sejam detectadas durante o período letivo, por meio de assistência dos professores e tutores no ambiente virtual de aprendizagem utilizado nesta modalidade de ensino.

A equipe docente deverá identificar as dificuldades de aprendizagem dos estudantes, reconhecendo quando necessitam de ajuda ou então quando a estratégia de ensino não corresponde ao seu perfil. Uma vez reconhecidas essas dificuldades, o/a docente deverá buscar novas estratégias de ensino que ajudem o/a estudante a superá-las.

A avaliação da aprendizagem é entendida como base da tomada de decisões do/a docente para adotar e/ou modificar suas posturas frente aos estudantes, fornecer ajuda, melhores explicações, exemplos e situações; aprofundar questões, proporcionar desafios, desenvolver episódios para a aprendizagem e, inclusive, considerar os estudantes aptos frente às competências e habilidades trabalhadas.

Para efeito de registro da nota de cada componente dos módulos, após serem aplicados os instrumentos de avaliação durante os estudos de recuperação, prevalecerá a maior nota.

Os estudantes terão o direito de requerer a revisão de instrumentos de avaliação em até cinco dias úteis após a divulgação do resultado.

A revisão de nota ou pontuação das atividades programadas a distância será

feita pelo/a professor/a regente no prazo máximo de cinco dias úteis após o recebimento da solicitação do/a estudante.

A nota de cada revisão dos instrumentos avaliativos não poderá ser inferior à anterior.

Em caso de reprovação em mais de três componentes curriculares, o/a estudante poderá se matricular no módulo seguinte após análise e deferimento do Colegiado de Curso, desde que não ultrapasse o período máximo de integralização do curso.

13.3 Avaliação da Aprendizagem no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem

O modelo de avaliação da aprendizagem no ambiente virtual de aprendizagem (avaliação a distância) proposto pretende ajudar os estudantes a desenvolverem graus mais complexos de competências cognitivas, habilidades e atitudes, possibilitando-lhes alcançar os objetivos propostos.

Assim, o processo de avaliação será contínuo, para verificar constantemente o progresso dos estudantes e estimulá-los a serem ativos na construção do conhecimento.

Serão adotados mecanismos que promovam o permanente acompanhamento dos estudantes, no intuito de identificar eventuais dificuldades na aprendizagem e saná-las ainda durante o processo de ensino-aprendizagem. No entanto, a avaliação presencial atenderá ao disposto no Decreto nº 12.456/2025, que estabelece obrigatoriedade e prevalência das avaliações presenciais sobre outras formas de avaliação.

Nesse sentido, a avaliação presencial terá peso de 60% na nota final, sendo subdividida em: 40% referentes à avaliação presencial formal e 20% atribuídos às atividades práticas realizadas obrigatoriamente durante os encontros presenciais ao longo do componente curricular. Essa estrutura assegura a predominância das instâncias físicas de avaliação, conforme a legislação vigente, ao mesmo tempo em que valoriza a interação direta entre professores e alunos.

O ambiente virtual de aprendizagem será utilizado como forma de acompanhamento dos processos de aprendizagem individual e coletivo.

O modelo de avaliação proposto tem como referência a concepção de aprendizagem baseada numa perspectiva interacionista-construtivista. Nesse sentido,

destacam-se como aspectos relevantes que subsidiam a construção da proposta de avaliação da aprendizagem no AVEA:

- apresentação de dados quantitativos em relação a contribuições em determinada ferramenta do ambiente e possibilidades de visualização do texto postado/contribuição;
- documentação do histórico de navegação individual, de forma a auxiliar os professores/tutores no acompanhamento do percurso individual dos estudantes, facilitando o processo de avaliação formativa e, também, possibilitando aos estudantes o registro do caminho percorrido;
- possibilidade de fluxo navegacional entre as contribuições dos vários participantes, uma vez que se entende que a construção individual é permeada pelo coletivo; e
- visualização das trocas que se constituem a partir de uma determinada contribuição, ou seja, o mapeamento das interações a partir de diferentes contextos de discussão.

13.4 Critérios de Correção das Atividades Avaliativas

A escolha dos critérios de correção das atividades avaliativas será facultada às equipes de professores e mediadores, expressando de forma clara a intenção dos instrumentos de avaliação a serem adotados em cada componente curricular, devendo apresentá-los previamente, por meio do Contrato Pedagógico e do Plano de Aula Semanal, à Coordenação de Curso para aprovação.

Os critérios de correção para as atividades avaliativas deverão ser expressos de forma clara e objetiva, assim como indicar as referências qualitativas e quantitativas, como a pontuação destinada a cada questão em um questionário e/ou a referência qualitativa da produção de resenha de texto nos aspectos de clareza, objetividade, argumentação lógica, coesão e coerência, entre outros.

14 BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

14.1 Biblioteca

A Educação a Distância do IFPE conta com uma biblioteca na sede da Diretoria de Educação a Distância (DEaD) e com uma em cada estrutura de polo EaD. O Sistema de Bibliotecas do IFPE possui contratos que possibilitam, atualmente, o acesso da comunidade acadêmica à biblioteca virtual da Pearson e à plataforma de normas técnicas GedWeb. Por convênio, é ofertado acesso ao Periódicos Capes, por meio da Rede Comunidade Acadêmica Federada (CAFe). O acervo de livros físicos das bibliotecas da sede e dos polos é tombado, e a busca dos títulos é feita pelo sistema Koha. A biblioteca da sede da DEaD funciona de segunda à sexta-feira, com atendimento ao público das 8h às 12h e das 13h às 17h.

14.2 Acervo Bibliográfico

O acervo bibliográfico é composto por livros físicos e artigos científicos dispostos no Portal de Periódicos da Capes.

LIVRO	QUANTIDADE
Contabilidade Introdutória Autor: Cruz, June Alisson Westarb. Editora: Juruá, 4ª ed. 2011	16 unidades
Estratégias de Governança de Tecnologia da Informação: estrutura e práticas Autor: ALBERTIN, Alberto Luiz; ALBERTIN, Rosa Maria de Moura. Editora: Elsevier, 2010	16 unidades
Comportamento Organizacional Autor: ROBBINS, Stephen P. Editora: Pearson, 2010.	16 unidades
Contabilidade de Custos Fácil Autor: Ribeiro, Osni Moura Editora: Saraiva, 2009.	16 unidades
Gestão de Pessoas: O novo papel dos recursos humanos nas organizações Autor: CHIAVENATO, Idalberto. Editora: Elsevier, 2010.	16 unidades
Lições de empreendedorismo Autor: HASHIMOTO, Marcos. Editora: Manole, 2009.	16 unidades
Responsabilidade Patrimonial do Estado: matriz constitucional... Autor: Zouckun, Maurício. Editora: Malheiros, 2010.	16 unidades
Obras Públicas: tirando suas dúvidas Autor: OLIVEIRA, Pedro Jorge Rocha de. Editora:	7 unidades

Fórum, 2010.	
Sociologia aplicada a administração Autor: CASTRO, Celso Antonio Pinheiro de. Editora: Atlas , 2ª. 2011.	16 unidades
Administração de Departamento Pessoal Autor: SILVA, Marilene Luzia da. Editora: Érica, 2009.	16 unidades
Matemática financeira: objetiva e aplicada Autor: PUCCINI, Abelardo de Lima. Editora: Saraiva, 2009.	13 unidades
MATHIAS, Washigton Franco; GOMES, José Maria. Editora: Atlas, 2010.	16 unidades
Gestão de logística, distribuição e trade marketing. Autor: ARBACHE, Fernando Saba. 4.ed. Editora: FGV,2011.	16 unidades
Contabilidade Geral: teoria e 1.000 questões Autor: FERRARI, Ed Luiz. 11.ed. Editora: Impetus,2011.	14 unidades
Introdução à Gestão Pública Autor: SALDANHA, Clezio dos Santos. Editora: Saraiva, 2006.	8 unidades
Governança e Governabilidade na Reforma do Estado Autor: BENTO, Leonardo Valles. Editora: Manole, 2003.	16 unidades
Obras Públicas: tirando suas dúvidas Autor: OLIVEIRA, Pedro Jorge Rocha de. Editora: Fórum, 2010.	7 unidades
Responsabilidade Patrimonial do Estado: matriz constitucional, a responsabilidade do Estado por atos legislativos, a obrigatoriedade da prévia indenização e a responsabilidade pessoal do parlamentar Autor: Zouckun, Maurício. Editora: Malheiros, 2010.	16 unidades

14.3 Instalações e Equipamentos

14.3.1 Da Sede

A EaD do IFPE está localizada no prédio anexo ao edifício da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), na cidade do Recife, no bairro do Engenho do Meio, na praça Ministro Salgado Filho, com horário de funcionamento das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira.

A Coordenação do curso encontra-se localizada na sede, no Recife, e possui uma sala compartilhada, contendo uma estação de trabalho equipada com computador e gaveteiro. Essa estação de trabalho é destinada ao/à coordenador/a do curso.

A DEaD dispõe, na sua sede, de salas e computadores exclusivos para os

seguintes serviços acadêmicos: Coordenação de Gestão e Controle Acadêmico; Diplomação; Assessoria Pedagógica; Coordenação do Programa UAB; cursos de graduação e especialização *lato sensu*; sala de professores; estúdio para a elaboração de material audiovisual; serviço de formação continuada e suporte ao Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem; Coordenação de Biblioteca; Coordenação de Estágio; Coordenação de Pesquisa e Extensão; Coordenação Financeira; apoio aos colaboradores; transporte; e emissão de diárias e passagens.

Todos os serviços acadêmicos prestados pela Diretoria estão disponíveis aos estudantes e professores de modo presencial, através da sede, no Recife, e através do apoio dos coordenadores de polo e dos tutores presenciais, nas localidades onde o curso é ofertado. Além disso, por meio do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem, os estudantes também podem ser atendidos em quaisquer dos serviços prestados.

14.3.2 Dos Polos

O polo de EaD (Polo UAB) atua como o braço operacional da instituição na cidade do/a estudante ou em região próxima, sendo fundamental para o cumprimento do **Decreto nº 12.456/2024**. Esse espaço garante a obrigatoriedade e a prevalência das atividades práticas e das avaliações presenciais, oferecendo a infraestrutura necessária para a permanência e o sucesso acadêmico no ensino público e gratuito.

Para além da exigência legal, o polo constitui um ambiente de convivência e suporte, contando com:

- **Infraestrutura acadêmica:** salas de aula climatizadas, laboratórios de informática, bibliotecas, auditórios e salas exclusivas para tutoria e secretaria.
- **Suporte tecnológico:** acesso à internet, equipamentos de informática, computadores, impressoras e scanners.
- **Atendimento:** suporte presencial de tutores e coordenadores, com funcionamento em turnos variados (manhã, tarde e noite) para atender às demandas específicas de cada curso.

Ao integrar recursos físicos e suporte humano, o polo consolida o vínculo entre o/a estudante e a instituição, promovendo a interiorização e a regionalização do ensino de forma inclusiva e eficiente.

14.4 Acessibilidade

O IFPE, visando efetivar sua política de inclusão para pessoas com deficiência, instituiu os Núcleos de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais (Napnes). Cada *campus* e a DEaD devem manter um Napne.

Nesse sentido, o Napne da DEaD tem se organizado para identificar necessidades de adaptação arquitetônica, urbanística e de edificação em sua sede e nos polos com os quais mantém parceria, para promover discussões sobre inclusão, diversidade, diferença, segregação, exclusão, preconceito, discriminação e outros fenômenos relacionados a esses, que, em suas coexistências e tramas atuais, produzem efeitos infelizes sobre as pessoas.

Dessa forma, o Napne deve atuar a fim de, junto a outros órgãos, setores e indivíduos, promover a acessibilidade das pessoas na infraestrutura, no transporte escolar e nos aparatos pedagógicos.

As instalações dispõem dos recursos necessários ao atendimento à legislação vigente sobre acessibilidade para portadores de necessidades especiais, incluindo:

- a) rampas para acesso de usuários de cadeiras de rodas;
- b) estacionamento com vagas reservadas para portadores de necessidades especiais; e
- c) sanitários dimensionados e adaptados com barras e demais acessórios para usuários de cadeiras de rodas.

A DEaD conta, também, com equipamentos para produção de material em braille, como impressora, máquina de escrever e linha Braille, aparelho para leitura de tela de computadores e conversão para braille.

O material audiovisual do curso é desenvolvido em conformidade com as diretrizes de acessibilidade, contando com videoaulas que integram a tradução e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a disponibilização de legendagem descritiva. Adicionalmente, o Ambiente Virtual de Aprendizagem (Moodle) está configurado com recursos de tecnologia assistiva, permitindo o suporte e a adaptação de interface para estudantes com baixa visão.

15 ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

Os egressos do curso de especialização em Gestão Pública serão acompanhados pela Coordenação de Curso, em articulação com o Colegiado, por meio de ações institucionais voltadas ao monitoramento de suas trajetórias profissionais e acadêmicas. Essas iniciativas têm como finalidade precípua subsidiar a avaliação e o aperfeiçoamento contínuo do curso, garantindo o alinhamento da proposta pedagógica às demandas da administração pública contemporânea e às realidades socioeconômicas das regiões abrangidas pelos polos de apoio presencial.

O acompanhamento dar-se-á por meio de instrumentos e estratégias institucionais, tais como consultas diagnósticas, levantamentos de empregabilidade e canais de comunicação geridos pela Coordenação, sempre em estrita observância às normas internas do IFPE e à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). As informações coletadas servirão de referencial para o planejamento de ações de atualização e aperfeiçoamento da matriz curricular, assegurando que a formação permaneça conectada aos desafios da gestão governamental, da transparência e da eficiência pública.

Ao longo da formação, será enfatizada a importância da manutenção do vínculo do/a estudante com o IFPE após a conclusão da especialização, compreendendo a gestão pública como um campo de desenvolvimento profissional permanente e dinâmico. Nesse sentido, os egressos serão incentivados a participar de eventos técnico-científicos, fóruns de gestão, atividades de extensão e programas de formação continuada promovidos pela instituição. Ressalte-se que o acompanhamento de egressos no âmbito do IFPE é formalmente regulamentado pela Resolução nº 54/2015, do Conselho Superior do IFPE.

16 CERTIFICAÇÃO

A certificação em nível de especialização será concedida ao final do cumprimento integral dos três módulos e de todos os requisitos previstos neste PPC, incluindo a carga horária mínima exigida e a aprovação no TCC.

Concluídas todas as etapas e atendidas as exigências acadêmicas, o/a egresso/a fará jus ao certificado com o título de especialista em Gestão Pública.

17 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

Ao final da especialização, a Coordenação de Curso providenciará um formulário eletrônico de avaliação, que será preenchido pelos estudantes. Ele servirá como instrumento de realimentação para as possíveis novas ofertas, caso aconteçam.

A avaliação geral do curso será composta pelas avaliações de disciplinas e pela avaliação final do curso. Além dessas modalidades avaliativas, a Coordenação de Curso, juntamente com a Assessoria Pedagógica da DEaD, realizará, ao final de cada etapa letiva, a reunião de avaliação dos componentes curriculares, com a participação dos professores formadores, para levantamento do aproveitamento dos estudantes relativamente ao êxito e à permanência (desempenho alcançado, evasão e repetência, assim como suas razões), para que seja possível à gestão da DEaD (diretor/a-geral, coordenador/a-geral e coordenador/a adjunto/a UAB) promover ações de melhoria com base nos resultados das avaliações.

Ao final de cada semestre letivo, os resultados das avaliações serão apresentados pelo/a coordenador/a do curso, por meio de relatório sintético, à Direção-Geral da DEaD, à Coordenação-Geral e à Coordenação Adjunta da UAB no IFPE. A Propeq estabelecerá os critérios de avaliação dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, com vistas à recomendação ou à restrição da oferta de novas turmas. No processo de avaliação dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, será considerada a análise sistemática dos dados disponibilizados no sistema de acompanhamento acadêmico do IFPE, indicando a possível manutenção, suspensão ou finalização da sua oferta regular.

Em atendimento à Lei nº 10.861/2004 e aos instrumentos de avaliação institucional do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFPE também incluirá, quando couber, estudantes e docentes no processo de avaliação institucional interna por ela realizado.

18 PESSOAL DOCENTE E ADMINISTRATIVO

A condução do curso contará com equipes distintas e interligadas. Uma para a organização sistêmica do processo, responsável por toda a parte pedagógica, contando com pessoal de gestão acadêmica e de apoio administrativo, e outra, de profissionais vinculados aos polos EaD, formada por uma Equipe Operacional de pessoas com funções, perfil e competências bem determinadas. Suas atribuições operacionais são concebidas com base na atuação da Equipe de EaD Sistêmica, na qual a Equipe Operacional está inserida.

O corpo docente será de responsabilidade do IFPE, que deverá selecioná-lo por meio de edital, em acordo com o que prevê a Resolução Consup/IPFE nº 237/2024, com critérios que atendam ao nível de exigência legal para a oferta de uma pós-graduação *lato sensu*. Os professores selecionados receberão formação específica para atuar no curso.

A equipe encarregada da implementação do curso será formada por profissionais cujas funções e seleção deverão obedecer às diretrizes estabelecidas pela Capes, contidas nos seguintes atos normativos: Portaria Capes nº 309, de 27 de setembro de 2024; Portaria MEC nº 378, de 19 de maio de 2025; Portaria MEC nº 506, de 10 de julho de 2025; e Instrução Normativa GAB nº 1, de 1 de outubro de 2024. As funções e a seleção dos profissionais deverão seguir, ainda, os regulamentos internos do IFPE.

Para a execução desta proposta, a equipe multidisciplinar será selecionada pela própria DEaD, e o corpo docente e o/a coordenador/a do curso serão selecionados por critérios também da DEaD, de acordo com a legislação nacional vigente, inclusive os atos normativos da Capes/UAB.

O curso conta com a estrutura e o apoio da equipe da DEaD e com profissionais que serão selecionados, como professores formadores e professores tutores. Para tanto, a formação continuada em EaD será fundamental, bem como as articulações e o apoio da Coordenação-Geral e da Coordenação Adjunta da UAB, possibilitando que todos os polos funcionem com otimização dos recursos humanos necessários ao melhor andamento das atividades.

Por sua própria especificidade, o quadro de docentes e tutores do curso de especialização em Gestão Pública é variável, de acordo com a disponibilidade dos profissionais para assumir os componentes curriculares.

18.1 Perfil Profissional da Equipe de EaD Sistêmica

Os profissionais vinculados à equipe de EaD sistêmica estão agrupados em áreas afins, formando grupos de trabalho com funções, perfil e competências bem determinadas. Suas atribuições são concebidas com base na atuação da equipe na qual o grupo de trabalho está inserido.

18.1.1 Grupo Principal

Composto pela Diretoria de Educação a Distância, pela Coordenação de Curso e pela Coordenação de Tutoria, tem como principais atribuições a operacionalização e a gerência das atividades da EaD, bem como o acompanhamento do Projeto Pedagógico de Curso.

18.1.2 Professores Formadores

A seleção do corpo docente será regida por edital público específico, priorizando a qualificação técnica e pedagógica para atuação na modalidade a distância. Os docentes selecionados atuarão na gestão e no acompanhamento dos componentes curriculares, sendo responsáveis pela supervisão das atividades acadêmicas e pelo monitoramento dos indicadores de qualidade e eficácia do programa.

Perfil – Formação superior na área do curso ou em área afim, com titulação mínima de mestre, para coordenar as atividades do componente curricular de que é responsável. Preferencialmente, ter conhecimentos em educação a distância, com possível experiência em coordenação ou gestão de projetos. Apresentar competência pessoal de liderança, comunicação, dinamismo e perseverança, bem como competências interpessoais.

Atribuições – São os professores que vão efetivamente conduzir o processo de ensino de acordo com o conteúdo programado. Eles irão planejar o plano de aula, coordenar as atividades acadêmicas, incentivar e acompanhar o desenvolvimento dos estudantes nas atividades acadêmico-científico-culturais, bem como orientar os mediadores pedagógicos nas atividades didático-pedagógicas relativas ao curso.

Poderão elaborar, quando necessário, material didático para suprir necessidades emergentes ao longo do processo de ensino-aprendizagem. Terão como missão avaliar sistematicamente os estudantes, o material didático e o processo de ensino-aprendizagem no decorrer do período letivo.

Quadro 1 – Corpo Docente do Curso

Atuação Docente	Nome	Titulação	Link do Currículo Lattes
Professor/a regente	A ser selecionado/a via edital		

Fonte: Elaborado pela comissão (2026).

18.1.3 Grupo de Mediadores Pedagógicos a Distância

Composto de profissionais preparados para acompanhar os estudantes no desenvolvimento do componente curricular. Tem como atividade central o suporte e o atendimento pedagógico aos estudantes matriculados, fornecendo retorno operacional da qualidade e da eficiência do material produzido para o grupo de professores pesquisadores e o grupo principal.

Perfil – Formação superior na área específica do curso ou do componente curricular; conhecimentos relacionados aos aspectos didático-pedagógicos da educação a distância; disponibilidade para deslocamentos; competência pessoal de liderança, comunicação, dinamismo e perseverança; e competências interpessoais. Os mediadores pedagógicos a distância são selecionados por meio de edital específico.

Atribuições – Os mediadores pedagógicos a distância têm como atribuição executar o plano de aula previamente definido, bem como acompanhar e estimular o aprendizado dos estudantes. Além disso, devem dar suporte ao aprendizado, dirimindo eventuais dúvidas. O nível de conhecimento desses profissionais deve ser compatível ao do/a professor/a que está ministrando as aulas. Eles têm contato com os estudantes sobretudo virtualmente, utilizando como meio de comunicação a internet, mas também participam dos encontros presenciais para realização das práticas pedagógicas e/ou dos exames presenciais.

Quadro 2 – Mediadores Pedagógicos

Atuação Docente	Nome	Titulação	Link do Currículo Lattes
Mediação pedagógica	A ser selecionado/a via edital		

Fonte: Elaborado pela comissão (2026).

18.1.4 Grupo de Professores Orientadores

Quando da realização do Módulo III, professores formadores e mediadores pedagógicos a distância com titulação mínima de mestre e comprovada experiência em orientação de trabalhos de conclusão de curso e pesquisas afins poderão exercer o papel de orientadores de um grupo de até cinco estudantes na elaboração do TCC. Sua principal função é conduzir os estudantes nessa elaboração, para viabilizar a realização da pesquisa científica.

Perfil – Formação superior na área do curso ou em área afim. Comprovada experiência em orientação. Competência pessoal de liderança, comunicação, dinamismo e perseverança, bem como competências interpessoais.

Atribuições – São os profissionais que vão efetivamente conduzir o processo de orientação dos estudantes na elaboração de suas monografias. Por meio do ambiente virtual, manterão contato com seu grupo de estudantes e conduzirão o processo com vistas a cumprir prazos e determinações para essa etapa do curso. Realizarão encontros presenciais no polo para orientação direta aos estudantes e participarão dos processos de pré-banca e banca de defesa dos TCCs.

Quadro 3 – Professores Orientadores

Atuação Docente	Nome	Titulação	Link do Currículo Lattes
Orientador/a	A ser selecionado/a via edital		

Fonte: Elaborado pela comissão (2026).

18.1.5 Pessoal Técnico

A Diretoria de Educação a Distância, Universidade Aberta do Brasil (UAB), da

qual faz parte o curso de especialização em Gestão Pública, é formada por equipe multidisciplinar composta por profissionais preparados para atuarem na área, pedagogos e pessoal técnico-administrativo, que dão apoio e suporte às atividades didático-pedagógicas e tecnológicas.

18.1.6 Grupo Administrativo

Composto por profissionais da instituição ou contratados que executam as mais diversas atividades de apoio ao grupo de Educação a Distância. Está envolvido em todos os momentos de composição, desenvolvimento, acompanhamento e suporte ao curso e aos componentes curriculares.

18.1.7 Coordenador/a de Curso

O/A coordenador/a do curso será selecionado/a por meio de edital público a ser divulgado pela instituição, em conformidade com a legislação vigente e as normas institucionais aplicáveis. O processo seletivo observará critérios objetivos previamente estabelecidos, garantindo transparência, isonomia e impessoalidade. A designação do/a coordenador/a ocorrerá após a homologação do resultado final do edital.

As atividades da Coordenação de Curso envolvem funções pedagógicas, administrativas e políticas. É essa a instância responsável por supervisionar as atividades específicas para o funcionamento do curso e viabilizar outras questões relacionadas à sua oferta, como a articulação com órgãos reguladores, a proposição de iniciativas que promovam a qualidade educacional e a produção do TCC.

A Coordenação de Curso acompanhará os docentes e os tutores na articulação dos componentes curriculares, bem como na estruturação e no funcionamento da plataforma Moodle, com o apoio da equipe multidisciplinar da DEaD. Os professores e a Coordenação terão encontros quinzenais para discutir o processo de ensino e aprendizagem e para atender às necessidades demandadas pelos cursistas, de acordo com cronograma previamente agendado e disponível no AVEA.

Quadro 4 – Dados do/a Coordenador/a do Curso

Nome da coordenador/a	A convocar – Edital REI/IFPE nº 27/2025-GR
Regime de trabalho	20h (bolsista)
Carga horária semanal dedicada à Coordenação	20h
Tempo de exercício na IES	
Tempo de exercício na coordenação do curso	
Formação	
Titulação (nome do curso/área de concentração/IES/ano/conceito Capes)	
Grupos de pesquisa em que atua	
Linhas de pesquisa em que atua	
Experiência profissional na área	
Experiência no magistério superior	
Experiência em gestão acadêmica	
Contato (e-mail)	coord.esp.gp@ead.ifpe.edu.br

Fonte: Elaborado pela comissão (2026).

18.1.8 Coordenação-Geral de Controle Acadêmico (CGCA)

As atividades da Secretaria estão relacionadas ao atendimento à comunidade escolar, à realização de matrículas, à solicitação de diplomas, à organização de documentos da gestão escolar e ao auxílio à equipe do curso na gestão educacional e pedagógica e na diplomação.

18.1.9 Administração da Plataforma de EaD

Perfil – Formação superior na área de tecnologia. Experiência anterior em suporte e implementação de plataforma de tecnologia voltada para web. Competência pessoal de liderança, comunicação, dinamismo e perseverança, bem como competências interpessoais.

Quadro 5 – Equipe de Apoio Tecnológico e de Logística

Equipe de Apoio	Nome	Titulação
Transportes e Convocação de Colaboradores	Emmanuella Silva da Costa	Especialista
Produção Audiovisual	João Augusto Figueiredo Dias do Prado	Graduado
	Thiago Ribeiro Hora	Especialista
	Erick de Moura Urbano	Especialista
Apoio Diárias e Passagens	Albany Moraes da Silva	Especialista
Suporte Moodle e TI	Jefferson Carvalho dos Prazeres Filho	Graduado
	Rafael Batista Valeriano	Graduado
	Ricardo Dantas de Oliveira	Graduado

Fonte: Elaborado pela comissão (2026).

18.1.10 Formação do Corpo Técnico-Administrativo

Quadro 6 – Equipe Multidisciplinar

Equipe Multidisciplinar	Nome	Titulação
Secretaria Escolar (CGCA)	Aldo Luiz Silva Queiroz	Especialista
Diplomação	Djalma da Cunha Gonzaga	Graduado
Auxiliar de Biblioteca	Fabia Goncalves de Melo Torres	Graduada
Bibliotecária-Documentalista	Graziella da Silva Moura	Mestra
Assessoria Pedagógica – TAE	Giselle da Silva Barbosa	Mestra
Assessoria Pedagógica – TAE	Natália Tibéria Santana	Mestra
Assessoria Pedagógica – Pedagoga	Rosa Maria Oliveira Teixeira de Vasconcelos	Doutora
Direção-Geral	José Severino Bento	Doutor
Chefia de Gabinete	Clayson Pereira da Silva	Mestre
Gestão Orçamentária e Financeira	Eduardo Rodrigues de Melo Ramos	Especialista

Estágio e Estudos Curriculares	Karla Epiphania Lins de Gois	Doutora
Coordenação Tutoria	Marília Monteiro Nascimento	Mestra
Coordenação-Geral UAB	Fabíola Nascimento dos Santos Paes	Doutoranda

Fonte: Elaborado pela comissão (2026).

18.2 Profissional da Equipe Operacional no Polo EaD

18.2.1 Coordenador/a de Polo

Perfil – Ser docente concursado no serviço público de ensino com formação superior e experiência em gestão administrativa ou de projetos. Apresentar competência pessoal de liderança, comunicação, dinamismo e perseverança, bem como competências interpessoais.

Atribuições – Tem como função organizar, administrar e supervisionar o desenvolvimento das atividades que assegurem a execução do curso e ações extensivas à formação profissional dos estudantes. Além disso, deve responsabilizar-se pela divulgação do curso na região durante o processo seletivo; buscar parcerias com empresas, órgãos públicos e outras instituições; acompanhar a frequência dos estudantes, identificando os motivos de faltas e evasões junto à Equipe de EaD Sistêmica; e estudar e propor medidas que assegurem a melhoria da qualidade e da produtividade da Equipe e dos ambientes de EaD.

18.2.2 Tutor/a

Perfil – Possuir formação superior, além de experiência mínima de um ano no magistério do ensino básico ou superior.

Atribuições – Tem como função acompanhar os estudantes e dar suporte, presencialmente, aos ambientes de ensino-aprendizagem da escola para educação a distância. Deverá estar sempre com os estudantes nos ambientes de aprendizagem físicos, que são a sala de aula, o laboratório, a sala de orientação educacional e a sala de leitura, estudos e pesquisa. Deverá elaborar o planejamento da utilização dos ambientes, para garantir que todos os estudantes tenham acesso igualitário às

estruturas de EaD do polo. Será responsável pelo atendimento dos estudantes nos polos e por meio de recursos tecnológicos de comunicação, como telefone, fax, e-mail etc. Manterá comunicação direta com a Coordenação de Curso e a Coordenação de Tutoria para encaminhamentos necessários ao desenvolvimento do curso.

18.2.3 Técnico/a de Informática

Perfil – Possuir curso técnico de informática de nível médio e experiência em manutenção de computadores. Apresentar competência pessoal de comunicação, dinamismo e perseverança.

Atribuições – Tem como função acompanhar e supervisionar a manutenção preventiva, preditiva e corretiva dos equipamentos, máquinas e instalações eletrônicas e da operação de utilidades. Além disso, deverá elaborar o planejamento da manutenção das máquinas, dos equipamentos e das instalações, estabelecendo as tarefas, o tempo e a frequência mais adequados aos processos operacionais, com vistas a garantir o perfeito funcionamento dos equipamentos de informática e eletrônicos.

19 CERTIFICADOS

O certificado será emitido para o/a estudante que concluir com êxito todos os componentes curriculares e for aprovado/a no trabalho de conclusão de curso, sendo-lhe conferido o título de especialista em Gestão Pública.

REFERÊNCIAS

ABRÚCIO, Fernando L.; COUTO, Cláudio G. A redefinição do papel o Estado no âmbito local. **São Paulo em Perspectiva**, v. 10, n. 3, p. 40-47, 1996.

ABRÚCIO, Fernando L. Reforma do Estado no federalismo brasileiro: a situação das administrações públicas estaduais. **Revista de Administração Pública- RAP**, v. 39, n. 2, p. 401-420, Mar/Abr, 2005.

KISSELER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 40, n. 3, p. 479-499, Mai/Jun, 2006.

MOESCH, M. **O fazer-saber turístico**: possibilidades e limites de superação. In: GASTAL, S. (org) Turismo: 9 propostas para um saber-fazer. 3ª ed. Porto Alegre, 2002.

PINHO, José A. G.; SANTANA, Mercejane, W. O governo municipal no Brasil: construindo uma nova agenda política na década de 90. Programa Gestão Pública e Cidadania. **Cadernos de Gestão Pública e Cidadania**, v. 20, 2001. Disponível em: http://inovando.fgvsp.br/conteudo/documentos/cadernos_gestaopublica/CAD%2020.pdf. Acesso em: 12 jul. 2008.

EMENTÁRIO

A seguir são apresentados os objetivos, as ementas e as bibliografias básica e complementar de cada unidade temática que compõe o curso, organizadas de modo a refletir a coerência entre os fundamentos teóricos, metodológicos e práticos da formação proposta.

Cada componente curricular foi planejado para contribuir com o desenvolvimento das competências específicas e gerais dos egressos, promovendo uma aprendizagem significativa e contextualizada.

As ementas detalham os conteúdos essenciais de cada disciplina, enquanto as bibliografias indicadas orientam o estudo e o aprofundamento dos temas abordados. Essa estrutura visa assegurar a consistência acadêmica e a integração entre os diferentes módulos, favorecendo a articulação entre teoria, prática e pesquisa ao longo do percurso formativo.

MÓDULO I – BÁSICO

Disciplina 1 – Introdução à EaD

Disciplina Introdução à EaD	Carga Horária 30h/r
<p>Objetivo Apresentar os conceitos de educação a distância e seu processo evolutivo no Brasil. Utilizar a plataforma Moodle e suas principais ferramentas. Organizar os momentos de estudo no contexto da EaD. Definir as funções dos integrantes da equipe de apoio, orientação e elaboração de atividades. Inserir o estudante no processo de ensino e aprendizagem mediado por tecnologias digitais disponíveis na internet.</p>	
<p>Ementa Elementos da educação a distância. O sistema tutorial. Ambientes virtuais de aprendizagem (Moodle). Características do estudo a distância. O papel do estudante na educação a distância. Apresentar a importância de um ambiente virtual de aprendizagem no processo de educação a distância.</p>	
<p>Competências Compreender os fundamentos e elementos constitutivos da Educação a Distância (EaD), reconhecendo suas especificidades e potencialidades no contexto educacional contemporâneo.</p> <p>Identificar o papel e as responsabilidades do sistema tutorial, compreendendo sua importância no acompanhamento e mediação pedagógica.</p>	

<p>Utilizar e explorar ambientes virtuais de aprendizagem (com destaque para o Moodle) como ferramentas de interação, colaboração e construção do conhecimento.</p> <p>Reconhecer as características do estudo a distância, desenvolvendo autonomia, organização e responsabilidade no processo de aprendizagem.</p> <p>Analisar a importância dos ambientes virtuais de aprendizagem na promoção de práticas educacionais inovadoras e na ampliação do acesso ao ensino.</p>	
Conteúdo Programático	CH
Fundamentos da Educação a Distância (EaD) <i>Conceitos e evolução histórica da EaD. Legislação e diretrizes que regulamentam a modalidade. Vantagens, desafios e perspectivas da EaD no Brasil.</i>	7,5
Elementos da Educação a Distância <i>Estrutura organizacional e pedagógica dos cursos EaD no IFPE. Funções e papéis dos profissionais envolvidos (coordenação, tutoria, docente, equipe técnica). Fluxos de comunicação e interação no ambiente virtual.</i>	7,5
O Sistema Tutorial <i>Atribuições e responsabilidades do tutor. Estratégias de acompanhamento e mediação pedagógica. Comunicação e feedback no processo de ensino-aprendizagem</i>	7,5
Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) <i>Conceito e finalidade dos AVAs. Principais recursos do Moodle: fóruns, tarefas, questionários e relatórios. O AVA como espaço de interação, aprendizagem e inclusão. Reflexão sobre o papel do estudante e do professor no contexto digital. Autonomia, disciplina e gestão do tempo. Estratégias de estudo e autoavaliação. Ética, responsabilidade e netiqueta no ambiente virtual.</i>	7,5
REFERÊNCIAS BÁSICAS	
<p>CORRÊA, Denise Mesquita. Introdução à educação a distância e AVEA. 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014.</p> <p>HACK, Josias Ricardo. Introdução à educação a distância. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.</p> <p>VIDAL, Eloísa Maia; MAIA, José Everardo Bessa. Introdução à educação a distância. Fortaleza: RDS Editora, 2010.</p>	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	

<p>LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. Educação a Distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009.</p> <p>MACHADO, Dinamara Pereira; MORAES, Márcio Gilberto de Souza. Educação a Distância: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino aprendizagem. São Paulo: Saraiva, 2015.</p> <p>MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. Educação a distância: pontos e contrapontos. São Paulo: SUMMUS, 2011.</p> <p>SALES, Mary Valda Souza; VALENTE, Vânia Rita; ARAGÃO, Claudia. Educação e tecnologias da informação e comunicação. Salvador: UNEB/EAD, 2010.</p> <p>SIEBRA, Sandra de Albuquerque; MACHIAVELLI, Josiane Lemos. Introdução à educação a distância e ao ambiente virtual de aprendizagem. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.</p>

Disciplina 2 – Políticas Públicas e Sociedade

Disciplina Políticas Públicas e Sociedade	Carga Horária 30h/r
<p>Objetivo Analisar a evolução do Estado e das formas de governo Explorar o conceito de Valor Público no cenário atual Avaliar o impacto das novas ferramentas digitais nos processos de representação política e na ampliação da participação cidadã nas decisões públicas.</p>	
<p>Ementa Formas de governo, regimes políticos e a evolução do papel do Estado no desenvolvimento. Federalismo, governança multinível e descentralização. Estado, sociedade e a construção de Valor Público na era da governança digital e da inovação social. Processos de representação, participação cidadã e o impacto das novas tecnologias na democratização das decisões públicas.</p>	
<p>Competências Capacidade de articular ações e políticas públicas em contextos federativos complexos, compreendendo as dinâmicas de descentralização e cooperação entre entes. Gerir Projetos de Inovação Social e Digital Implementar e gerir mecanismos de escuta e coprodução com a sociedade, utilizando tecnologias que facilitem a transparência e a democratização das políticas públicas.</p>	
Conteúdo Programático	CH
<p>Fundamentos do Estado e o Papel no Desenvolvimento: Formas de governo e regimes políticos: desafios da democracia contemporânea. O papel do Estado no desenvolvimento: autonomia e parceria. A transição do modelo nacional-desenvolvimentista para o Estado regulador e indutor.</p>	7,5
<p>Arquitetura Institucional e Dinâmicas de Poder: Federalismo brasileiro e a governança multinível: competências e cooperação entre União, Estados e Municípios. Sistema político:</p>	7,5

presidencialismo de coalizão e as relações entre os Poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário). A judicialização da política e seus impactos na gestão pública.	
Estado, Sociedade e Participação Cidadã: Estado e sociedade no Brasil: histórico da participação social. Representação política e processo eleitoral. Transição para a era digital: da representação tradicional à co-criação de políticas públicas	7,5
Governança Pública, Inovação e Valor Público: Governança pública: transparência, accountability e ética algorítmica. O conceito de Valor Público: como medir resultados que importam para a sociedade. Inovação pública: como as instituições se adaptam para gerar valor em ambientes complexos e escassos.	7,5

REFERÊNCIAS BÁSICAS

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (org.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Construindo o Estado Republicano**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

EVANS, Peter. **Autonomia e parceria: estados e transformação industrial**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 13. ed. Brasília: UNB, 2010.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política: quem manda, por que manda, como manda**. São Paulo: Objetiva, 2010.

SANTOS, Reginaldo Souza. **Administração política como campo do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 2010.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: UnB, 2012.

Disciplina 3 – Políticas Públicas

Disciplina Políticas Públicas	Carga Horária 30h/r
<p>Objetivo Compreender as etapas do ciclo de políticas públicas na era digital Estudar como a interação entre atores públicos, privados e a sociedade civil organiza a tomada de decisão Avaliar o impacto da cultura de dados e tendências globais</p>	
<p>Ementa Fundamentos e modelos de decisão na administração pública contemporânea. Governança, redes de políticas e o papel dos atores sociais, institucionais e políticos. O ciclo das políticas públicas sob a ótica da inovação e transformação digital: formulação, implementação baseada em evidências, monitoramento e avaliação de resultados. O papel do Estado e da sociedade na co-criação de valor público. Globalização, sustentabilidade e novas tendências na gestão governamental: o impacto das tecnologias disruptivas e da cultura de dados na elaboração de políticas resilientes e inclusivas.</p>	
<p>Competências Utilizar ferramentas analíticas e indicadores de desempenho para formular e ajustar políticas, minimizando incertezas e otimizando o uso de recursos públicos. Implementar estratégias de inovação e resiliência</p>	
Conteúdo Programático	CH
<p>Modelos de Decisão e Governança em Rede: Modelos de decisão: racionalidade limitada, incrementalismo e fluxos múltiplos. Atores políticos, parlamentos e grupos de interesse na era das redes. Governança Pública: o deslocamento do Governo para a Governança.</p>	7,5
<p>O Ciclo das Políticas Públicas 4.0: O ciclo clássico vs. Ciclos ágeis e interativos. Diagnóstico baseado em evidências e design thinking aplicado ao setor público.</p>	7,5
<p>Participação Social e Co-criação: Do controle social à participação ativa: cidadãos como co-autores. Ferramentas digitais para participação e consulta pública. Ética, equidade e a redução de desigualdades no desenho de políticas públicas.</p>	7,5
<p>Avaliação de Impacto, Inovação e Tendências: Avaliação de impacto: o que mudou na realidade da população? Cultura de Dados: uso de Big Data e IA na avaliação e monitoramento. Inovação no setor público e GovTechs.</p>	7,5
<p>REFERÊNCIAS BÁSICAS</p>	

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). **Implementação de Políticas Públicas.** Teoria e Prática. Belo Horizonte: PUC MINAS, 2012.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane (org.). **Políticas Públicas.** Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v. 1 e 2. Parcialmente disponível em:
http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1254/1/cppv1_0101_saravia.pdf.

WU, Xu; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos.** Brasília: Enap, 2014. Disponível em:
<http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20Gerenciando%20Processos.pdf>.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise.** Brasília: UnB, 2014.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE Marta; MARQUES, Eduardo (orgs.). **Políticas públicas no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Políticas públicas: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LUBAMBO, Cátia W.; COÊLHO, Denilson B.; MELO, Marcus André (org.). **Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo.** Petrópolis: Vozes, 2005.

SOUZA, Celina; DANTAS NETO, Paulo Fábio (orgs.). **Governo, Políticas Públicas e Elites Políticas nos Estados Brasileiros.** Rio de Janeiro: Revan, 2015.

Disciplina 4 – Gestão Pública

Disciplina Gestão Pública	Carga Horária 30h/r
<p>Objetivo Compreender a transição da administração burocrática clássica para a Nova Gestão Pública (NPM) e para o paradigma da Governança Pública, identificando seus impactos na estrutura do Estado. Analisar os mecanismos de controle e transparência Avaliar as reformas e inovações administrativas no Brasil</p>	
<p>Ementa Gestão pública como campo interdisciplinar. Teorias e modelos da Administração Pública: a visão clássica da dicotomia entre política e administração; as abordagens políticas da administração pública; a “Nova Gestão Pública”; a abordagem da governança e do setor público não estatal. Transparência, <i>accountability</i> e <i>responsiveness</i>: as relações entre demandas, políticas, ação</p>	

governamental, controles e resultados. Experiências de inovação e reforma administrativa na união e nos entes federados brasileiros: desburocratização, regulação, descentralização, parcerias, participação social e governo eletrônico	
Competências Identificar qual abordagem administrativa (burocrática, gerencialista ou de governança) é mais adequada para diferentes contextos e desafios institucionais. Implementar práticas que fortaleçam a <i>accountability</i> e a participação social. Propor soluções de modernização administrativa	
Conteúdo Programático	CH
A Evolução do Pensamento Administrativo e os Modelos de Estado: A dicotomia entre política e administração e os modelos clássicos (Weberiano). Nova Gestão Pública (NGP): a busca pela eficiência e o foco em resultados. A Nova Governança Pública: o Estado como coordenador de redes (público-privado-sociedade civil). O conceito de Valor Público: o gestor como criador de valor, não apenas executor de tarefas.	7,5
Accountability, Transparência e Responsividade: Conceitos fundamentais: Accountability (prestação de contas), Transparência e Responsividade (capacidade de responder às demandas sociais). O ciclo de controle: mecanismos internos e externos de auditoria. O papel da sociedade no controle da ação governamental.	7,5
Reformas, Descentralização e Arranjos Organizacionais: Experiências de reforma administrativa no Brasil: do plano diretor de 1995 aos desafios atuais. Descentralização, Regulação e Parcerias (OSs, OSCIPs e PPPs). O terceiro setor na prestação de serviços públicos. Desburocratização: como eliminar processos inúteis e aumentar a agilidade organizacional.	7,5
Inovação, Governança Digital e o Futuro da Gestão: Do Governo Eletrônico à Transformação Digital do Estado. Inovação Pública: laboratórios de inovação (GovLabs) e metodologias ágeis. Ética, dados e privacidade no setor público (LGPD e ética algorítmica). Desafios contemporâneos: a gestão pública em um mundo complexo e incerto.	7,5
REFERÊNCIAS BÁSICAS	
COSTIN, Claudia. Administração Pública . São Paulo: Elsevier Brasil, 2010.	
DENHARDT, Robert B.; CATLAW, Thomas J. Teorias da administração pública . 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.	
PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (orgs.). Administração pública : Coletânea. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 2010.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	

<p>BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (orgs.). Reforma do estado e administração pública gerencial. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.</p> <p>FREDERICKSON, H. George; SMITH, Kevin B.; LARIMER, Christother W.; LICARI, Michael J. The public administration theory primer. Oxford: Westview Press, 2011.</p> <p>JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (orgs.). Inovação no campo da gestão pública local. Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV, 2006.</p> <p>PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública: limites e possibilidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2007.</p> <p>TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. Fundamentos de administração pública brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.</p>

Disciplina 5 – Metodologia de Pesquisa

Disciplina	Carga Horária
Metodologia de Pesquisa	30h/r
<p>Objetivo Capacitar o aluno para a condução de pesquisas íntegras, compreendendo as normas de comitês de ética, os riscos do plágio e as padronizações técnicas (ABNT) necessárias para a redação científica. Estruturar o pensamento metodológico Proporcionar o domínio de técnicas qualitativas e quantitativas, com ênfase em estudos de caso e projetos de intervenção voltados para a resolução de problemas na administração pública.</p>	
<p>Ementa Ética em pesquisa, comitê de ética e plágio acadêmico. Delimitação do objeto de pesquisa: tema, problema, justificativa e objetivos; Revisão da literatura: estado da arte do problema. Estratégias metodológicas da pesquisa: (i) a complementaridade das abordagens qualitativa e quantitativa; (ii) tipos de pesquisa com ênfase em estudo de casos e projetos de intervenção; (iii) técnicas e instrumentos de levantamento de dados; (iv) tratamento, análise e apresentação dos resultados. Orientações e Normatizações para Redação Científica (uso da ABNT).</p>	
<p>Competências Desenvolver projetos de pesquisa ou de intervenção que apresentem clareza metodológica, desde a coleta de dados até a análise e apresentação dos resultados. Realizar revisões bibliográficas críticas que sustentem decisões técnicas ou acadêmicas, identificando lacunas de conhecimento no campo da gestão pública Redigir com Rigor Técnico-Científico</p>	
Conteúdo Programático	CH
Fundamentos e Ética: Ética na pesquisa científica e o papel do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). A integridade acadêmica: o que configura plágio e como evitá-lo.	7,5
A Estrutura:	7,5

<p>Transformando uma inquietação profissional em tema de pesquisa. Delimitação do problema: a pergunta norteadora. Definição de objetivos (Geral e Específicos) e a construção da justificativa. Bases de dados científicas Google Acadêmico, Scielo, Repositórios Institucionais. O Estado da Arte e a Revisão de Literatura:</p>	
<p>Técnicas de organização de referências. A construção da fundamentação teórica: diálogo entre autores. Citações diretas e indiretas segundo a ABNT NBR 10520 Abordagens e Tipos de Pesquisa: Qualitativa vs. Quantitativa Estudo de Caso: O queridinho da gestão pública. Projeto de Intervenção: Como desenhar uma proposta de melhoria para o setor público.</p>	7,5
<p>Instrumentos de Pesquisa: Pesquisa documental em fontes governamentais (Portal da Transparência, dados do IBGE). Tratamento de Dados: Análise de conteúdo (qualitativa) e análise descritiva (quantitativa). Transformando dados em informação para a tomada de decisão. Redação Científica e Normatização II: Estrutura do trabalho acadêmico (Elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais). Referências bibliográficas segundo a ABNT NBR 6023. Linguagem acadêmica: clareza, impessoalidade e objetividade.</p>	7,5
REFERÊNCIAS BÁSICAS	
<p>LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>RICHARDSON, Roberto Jarry et al. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de Pesquisa em Administração. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.</p>	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010. 296 p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Maria Del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

YIN, Robert. **Estudo de Caso**: Planejamento e Métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

MÓDULO II – ESPECÍFICO

Disciplina 6 – Orçamento e Finanças Governamentais

Disciplina Orçamento e Finanças Governamentais	Carga Horária 30h/r
<p>Objetivo Compreender as bases da atividade financeira estatal e as falhas de mercado, analisando como a política fiscal pode promover o crescimento econômico e a sustentabilidade a longo prazo. Dominar os instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA) sob a ótica da gestão por resultados, garantindo que o orçamento seja um reflexo das prioridades estratégicas do governo. Analisar as diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e os novos mecanismos de transparência, como o Orçamento Participativo e o uso de dados abertos para o monitoramento da execução financeira.</p>	
<p>Ementa Orçamento e Finanças Públicas Estratégicas: Fundamentos da atividade financeira do Estado e falhas de mercado. Política fiscal, crescimento econômico e sustentabilidade das finanças públicas. Gestão por resultados no ciclo orçamentário: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) como instrumentos de planejamento estratégico. Governança Fiscal e Noções da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Orçamento Participativo e novas formas de controle social. Estudos de casos aplicados e o uso de dados abertos para o monitoramento da execução orçamentária.</p>	
<p>Competências Habilidade para alinhar a alocação de recursos financeiros a metas e indicadores de desempenho Capacidade de aplicar os princípios da LRF no cotidiano da gestão, prevenindo desequilíbrios fiscais e garantindo a responsabilidade na gestão do gasto público. Competência para extrair e interpretar dados de portais de transparência, utilizando-os tanto para a prestação de contas quanto para fomentar a participação cidadã nas decisões orçamentárias.</p>	

Conteúdo Programático	CH
Fundamentos da Política Fiscal e o Papel do Estado: Falhas de mercado e funções do governo (alocativa, distributiva e estabilizadora). Tributação, gasto público e a relação com o desenvolvimento socioeconômico. A necessidade de financiamento: Déficits, dívida pública e sustentabilidade fiscal a longo prazo.	7,5
O Ciclo Orçamentário como Instrumento de Planejamento: A arquitetura orçamentária brasileira e a integração entre planejamento e orçamento. PPA, LDO e LOA: do planejamento de longo prazo à execução anual. Orçamento Impositivo e as novas dinâmicas parlamentares..	7,5
Governança Fiscal e Conformidade: A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF): conceitos, limites e gestão da dívida. O regime de metas fiscais e transparência na gestão. Responsabilização e a Lei de Crimes Fiscais (perspectiva preventiva e punitiva).	7,5
Transparência, Controle Social e Inovação Orçamentária: Orçamento Participativo: do modelo tradicional às plataformas digitais de votação. Governança Digital e Dados Abertos: ferramentas para o controle social e accountability em tempo real. O uso de Dashboards e tecnologia para o monitoramento de gastos públicos.	7,5
REFERÊNCIAS BÁSICAS	
<p>GIAMBIAGI, Fábio; ALEM, Ana Cláudia Duarte. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. 5. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.</p> <p>GIACOMONI, James. Orçamento público. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017.</p> <p>PADOVEZE, Clóvis Luís. Planejamento Orçamentário. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015</p> <p>TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). Manual de Orçamento Público</p>	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	
<p>BRASIL. Ministério da Economia/Tesouro Nacional. Relatórios de Transparência Fiscal e Dados Abertos</p> <p>CREPALDI, Silvio. Orçamento Público: Planejamento, Elaboração e Controle. São Paulo: Saraiva, 2013.</p> <p>GRUBER, Jonathan. Finanças Públicas e Política Pública. Rio de Janeiro: LTC, 2009.</p> <p>ROSEN, Harvey S.; GAYER, Ted. Finanças Públicas. Porto Alegre: MGH, 2015.</p> <p>MATIAS-PEREIRA, José. Finanças Públicas: A política Orçamentária no Brasil. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.</p> <p>REZENDE, Fernando; CUNHA, Armando (orgs.). A reforma esquecida: orçamento, gestão pública e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.</p>	

Disciplina 7 – Planejamento Estratégico e Gestão de Projetos

Disciplina Planejamento Estratégico e Gestão de Projetos	Carga Horária 30h/r
<p>Objetivo Capacitar o aluno a realizar a transição da gestão burocrática tradicional para modelos ágeis, focando na entrega de valor público e na adaptabilidade das organizações às demandas sociais. Dominar o ciclo de vida de projetos, desde a prospecção de fontes de financiamento até o encerramento estratégico Desenvolver a Governança e Articulação de Stakeholders</p>	
<p>Ementa Planejamento Estratégico, Gestão de Projetos e Metodologias Ágeis: Pensamento estratégico e modelos de gestão para organizações públicas. A transição da gestão tradicional para a gestão ágil. Elaboração, monitoramento e avaliação de projetos com foco em Valor Público e impacto social. Técnicas e ferramentas: do cronograma físico-financeiro às metodologias de gestão visual (Kanban, Scrum). Equipes multidisciplinares, articulação de stakeholders e governança de projetos. Prospecção de fontes de financiamento, prestação de contas e encerramento estratégico.</p>	
<p>Competências Implementar metodologias de gestão visual (como Kanban e Scrum) para otimizar processos, aumentar a transparência e acelerar as entregas Utilizar indicadores de desempenho e ferramentas de monitoramento Identificar e prospectar fontes de financiamento (nacionais e internacionais).</p>	
Conteúdo Programático	CH
<p>Pensamento Estratégico e Modelos de Gestão: Pensamento Estratégico e Planejamento Estratégico. Diagnóstico organizacional: Matriz SWOT, PESTEL e Análise de Valor Público. A estratégia como instrumento de transformação social e não apenas conformidade legal.</p>	7,5
<p>Metodologias: do Tradicional ao Ágil: Projetos tradicionais (PMBOK) e Projetos ágeis (Scrum/Kanban). Por que a agilidade é necessária no serviço público. Definição de escopo, tempo e recursos em ambientes de incerteza.</p>	7,5
<p>Gestão de Projetos, Equipes e Stakeholders: Estrutura de organização de projetos. Gestão de Stakeholders: como articular atores políticos, técnicos e a sociedade civil (dimensão humana e ética). Ferramentas de comunicação e transparência na execução</p>	7,5
<p>Desempenho, Financiamento e Valor Público: Relatórios de desempenho e monitoramento de indicadores (KPIs). Prospecção de recursos: parcerias, convênios e fontes de fomento. O "Pós-Projeto": avaliação de impacto social, lições aprendidas e o encerramento físico-financeiro.</p>	7,5
<p>REFERÊNCIAS BÁSICAS</p>	

MINTZERG, Henry. Safari de Estratégia: Um Roteiro pela Selva do Planejamento Estratégico. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2010.

MOORE, Mark H. Criando Valor Público: gestão estratégica no governo. Rio de Janeiro: Letras & Expressões; Brasília: Enap, 2002.

PRADO, Darci. Planejamento e Controle de Projetos. 8. ed. Nova Lima: Ed. Falconi, 2014.

Ricardo Thielmann Gestão de Projetos Públicos Brasília: PNAP, 2021 (.PDF)

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ANDRADE, Arnaldo Rosa de. Planejamento Estratégico: Formulação, Implementação e Controle. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

CONTADOR, Cláudio R. Projetos sociais: avaliação e prática. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologia e Práticas. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PMI. Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos. 6. ed. Brasília: PMI do Brasil, 2017.

TCU. Guia de Referência do Sistema de Planejamento e Gestão. Brasília: Tribunal de Contas da União, Seplan, 2008.

Disciplina 8 – Licitações, Contratos e Convênios

Disciplina	Carga Horária
Licitações, Contratos e Convênios	30h/r
<p>Objetivo Compreender as inovações da Nova Lei de Licitações, suas modalidades, fases e os critérios de dispensa e inexigibilidade. Proporcionar conhecimentos técnicos sobre a execução contratual, as particularidades da terceirização e os mecanismos de controle e sanção administrativa. Integrar a visão estratégica de gestão de suprimentos e o uso do poder de compra estatal como indutor de desenvolvimento sustentável e políticas locais.</p>	
<p>Ementa Licitação: aspectos gerais, princípios constitucionais, dispensa e inexigibilidade. O processo de licitação: modalidades, fases, revogação, invalidação e controle. Nova Lei de Licitações e Contratos, 14.133/2021. Registro de Preços. Regime Diferenciado de Contratação. Uso do poder de compra e a sustentabilidade nas licitações. Gestão de Contratos. Modalidades de contratos administrativos. Terceirização. Convênios. Planejamento de compras governamentais e Gestão de Suprimentos na administração pública. Análise da Legislação Local. Estudos de casos aplicados.</p>	

Competências Conduzir as fases interna e externa de uma licitação, definindo a modalidade e o critério de julgamento mais adequados para a necessidade da administração. Gerir Contratos e Convênios com Foco em Resultados Utilizar o Registro de Preços e o planejamento de compras para otimizar estoques, reduzir custos	
Conteúdo Programático	CH
Fundamentos e a Nova Lei de Licitações (14.133/2021) Princípios Constitucionais e a transição para a Nova Lei. Processo Licitatório e suas Fases. Contratação Direta: Casos de Dispensa e Inexigibilidade Pregão, Concorrência, Concurso, Leilão e o Diálogo Competitivo.	7,5
Planejamento de Compras e Procedimentos Auxiliares Planejamento de compras governamentais e a gestão Sistema de Registro de Preços (SRP) Licitações Sustentáveis: Critérios ambientais, sociais e econômicos. Regime Diferenciado de Contratação (RDC) e suas aplicações remanescentes.	7,5
Contratos Administrativos e Terceirização Características e cláusulas exorbitantes dos contratos públicos. Alterações contratuais e prorrogações. Gestão e Fiscalização de Contratos: Papel do gestor e do fiscal. Terceirização na Administração Pública: Cuidados jurídicos e responsabilidade subsidiária.	7,5
Convênios, Legislação Local e Controle Convênios e Instrumentos de Parceria Diferenças entre contrato e convênio. Análise da Legislação Local. Revogação, Invalidação e Controle (TCE/TCU e Controle Interno). Estudos de Casos Aplicados: Análise de acórdãos e solução de problemas práticos.	7,5
REFERÊNCIAS BÁSICAS	
<p>JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 17. ed. São Paulo: RTB, 2016.</p> <p>MOTTA, Carlos Pinto Coelho. Eficácia nas licitações e contratos. 12. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.</p> <p>TOLOSA FILHO, Benedito de. Licitações, Contratos e Convênios. Curitiba: Juruá, 2016.</p>	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 29. ed. São Paulo, Atlas, 2016.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Vade-Mécum de Licitações e Contratos. 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

GASPARINI, Diógenes. Direito administrativo. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

Disciplina 9 – Estruturas, Processos e Arranjos Organizacionais

Disciplina	Carga Horária
Estruturas, Processos e Arranjos Organizacionais	45h/r
<p>Objetivo Compreender a mudança das estruturas burocráticas verticais para modelos de governança em rede, ecossistemas públicos e o conceito de "Governo como Plataforma" Capacitar o aluno nas técnicas de mapeamento, análise e redesenho de processos Investigar como o desenho organizacional deve se alinhar à cultura e à tecnologia para viabilizar a transformação digital e a inovação</p>	
<p>Ementa A evolução das formas organizacionais no setor público: da burocracia verticalizada à governança em rede. Desenho organizacional estratégico e a construção de organizações ágeis. Gestão de Processos (BPM) e Redesenho de Serviços Públicos para o cidadão. Centralização, descentralização e arranjos institucionais em Estados federativos. Alinhamento de estruturas, tecnologia e cultura: o papel do desenho organizacional na transformação digital. Tendências contemporâneas: ecossistemas públicos, inovação aberta e "Governo como Plataforma". Estudos de caso sobre mudanças organizacionais bem-sucedidas no setor público brasileiro.</p>	
<p>Competências Habilidade para propor novos arranjos e organogramas que favoreçam a colaboração, a descentralização e a resposta rápida às demandas da sociedade. Competência para redesenhar fluxos de trabalho e jornadas de serviços Gerenciar Mudanças e Ecossistemas de Inovação</p>	
Conteúdo Programático	CH
O Fim do Modelo de Organogramas Rígidos (caixinhas): A organização pública como organismo vivo. Evolução das teorias: da Burocracia de Weber às Organizações em Rede. Condicionantes da estrutura: ambiente, tecnologia, tamanho e estratégia..	7,5
Desenho Organizacional e Governança em Rede: Desenho vertical e horizontal: quando utilizar cada um? Estruturas matriciais e horizontais: agilidade na tomada de decisão. O Estado em rede: parcerias interinstitucionais e colaboração intersetorial.	7,5
Mapeamento e Redesenho de Processos (BPM):	7,5

Fundamentos de BPM (Business Process Management) no setor público. Identificação de gargalos e processos que não agregam valor. Metodologias de redesenho: simplificação administrativa e desburocratização	
Centralização, Descentralização e Arranjos Federativos: Dilemas da descentralização: autonomia e controle. Arranjos organizacionais complexos: Consórcios intermunicipais, fundações estatais e serviços compartilhados. Governança multinível: o papel do ente local no desenho de políticas nacionais..	7,5
Cultura Organizacional e Gestão da Mudança: Resistência à mudança: diagnóstico e estratégias de engajamento dos servidores. Liderança em tempos de transformação organizacional. O papel do gestor como facilitador da cultura de inovação e ética.	7,5
Governo como Plataforma e Inovação Aberta: O conceito de Government as a Platform (Gov as a Platform). Estruturas baseadas em dados: como a tecnologia define o novo organograma. Ecossistemas de inovação e laboratórios de governo (GovLabs).	7,5
REFERÊNCIAS BÁSICAS	
<p>BALLESTERO-ALVAREZ, Maria Esmeralda. Manual de Organização, Sistemas e Métodos. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p>CRUZ, Tadeu. Sistemas, Métodos e Processos: administração organizacional por meio de processos de negócios. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p>ARAÚJO, Luís César Gonçalves de. Organização, Sistemas e Métodos e as Tecnologias de Gestão Organizacional. São Paulo: Atlas, 2007. 2 v.</p>	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	
<p>D'ASCENÇÃO, Luiz Carlos M. Organização, Sistemas e Métodos. São Paulo: Atlas, 2001.</p> <p>OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas, Organização e Métodos: uma abordagem gerencial. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>ROCHA, Mateus. Análise Organizacional. Rio de Janeiro: SESES, 2015.</p> <p>CARREIRA, Dorival. Organização, Sistemas e Métodos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.</p>	

Disciplina 10 – Gestão de Pessoas

Disciplina Gestão de Pessoas	Carga Horária 45h/r
<p>Objetivo Compreender a transição do RH operacional para uma gestão estratégica baseada em competências Capacitar o estudante para exercer lideranças inspiradoras e inclusivas Promover o entendimento sobre a importância da saúde mental no trabalho e o uso de dados para melhorar os processos de avaliação e desenvolvimento de pessoas.</p>	
Ementa	

Evolução dos modelos de gestão de pessoas e os desafios da Administração Pública contemporânea. Gestão estratégica de pessoas: do modelo burocrático ao modelo de competências. Liderança, engajamento e cultura organizacional em ambientes híbridos e digitais. Diversidade, inclusão e equidade no setor público. Gestão do desempenho. Saúde mental, bem-estar e qualidade de vida no trabalho. Estudos de casos aplicados.	
<p>Competências</p> <p>Mapear lacunas de conhecimento e desenhar trilhas de desenvolvimento que elevem o desempenho das equipes e a eficiência do serviço público.</p> <p>Aplicar técnicas de liderança e comunicação para gerir equipes multigeracionais e híbridas, promovendo um ambiente de respeito, inclusão e alta performance</p> <p>Diagnosticar e Intervir no Clima Organizacional</p>	
Conteúdo Programático	CH
Estratégia e Competências no Setor Público: Evolução dos modelos de Departamento de Pessoal para a Gestão Estratégica de Pessoas. O modelo de Gestão por Competências (Mapeamento, lacunas e entregas). A atratividade do setor público e os desafios da retenção de talentos.	7,5
Liderança, Cultura e Comportamento: Cultura organizacional e gestão da mudança em instituições públicas. Diversidade e Inclusão como estratégia de inovação e representatividade.	7,5
Desempenho e Dados: Gestão do Desempenho Trilhas de aprendizagem e Educação Corporativa no setor público. Uso de dados para entender quem são e o que precisam os servidores.	7,5
Qualidade de Vida, Ética e Integridade: Saúde mental no setor público: Prevenção e acolhimento. Ética no trabalho, prevenção ao assédio e canais de integridade.	7,5
REFERÊNCIAS BÁSICAS	
BERGAMINI, Maria Cecília Whitaker. Motivação nas Organizações. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2013.	
CAMÕES, Marizaura Reis de Souza; MENESES, Pedro Mauro Murce. Gestão de Pessoas no Governo Federal: análise da implementação da política nacional de desenvolvimento de pessoal. Cadernos ENAP, Brasília, n. 45, 2016.	
FERNADES, Bruno Rocha. Gestão Estratégica de Pessoas com Foco em Competência. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	

D'ASCENÇÃO, Luiz Carlos M. Organização, Sistemas e Métodos. São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas, Organização e Métodos: uma abordagem gerencial. São Paulo: Atlas, 2013.

ROCHA, Mateus. Análise Organizacional. Rio de Janeiro: SESES, 2015.

CARREIRA, Dorival. Organização, Sistemas e Métodos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

Disciplina 11 – Governo Digital

Disciplina	Carga Horária
Governo Digital	45h/r
<p>Objetivo Compreender a Transição para o Governo Digital Capacitar o aluno para gerir o ciclo de vida dos dados, garantindo a interoperabilidade entre sistemas e a proteção de informações sensíveis (LGPD) para subsidiar decisões governamentais Estimular a adoção de metodologias de design de serviços e a articulação com o ecossistema de GovTechs para criar soluções públicas que reduzam desigualdades e promovam a democracia participativa</p>	
<p>Ementa Governo Digital e Transformação Pública: Da digitalização de processos à Governança como Plataforma. Fundamentos da Sociedade em Rede e o impacto das tecnologias disruptivas na administração pública. Design de serviços públicos centrados no cidadão. Governança de dados, interoperabilidade e tomada de decisão baseada em evidências. LGPD, segurança da informação e combate ao viés algorítmico. Inclusão digital, democracia participativa e o papel do Estado na redução das desigualdades tecnológicas. O ecossistema de inovação pública: parcerias, GovTechs e o futuro da gestão governamental.</p>	
<p>Competências Habilidade para desenhar e implementar estratégias de digitalização que respeitem a segurança da informação Gerir Ativos de Dados e Interoperabilidade Capacidade de prospectar e gerenciar parcerias com startups de tecnologia e laboratórios de inovação, aplicando modelos de inovação aberta para resolver desafios públicos complexos.</p>	
Conteúdo Programático	CH
Do E-Gov à Transformação Digital: A evolução: E-Gov e Governo Digital (transformação sistêmica). O conceito de Governo como Plataforma. O papel do gestor público na era da hiperconectividade.	7,5
Design de Serviços Públicos (Centrado no Cidadão): Design Thinking aplicado a políticas públicas. Jornada do Cidadão: mapeamento de dores e expectativas. Simplificação administrativa: desburocratizar para incluir.	7,5
Dados, Inteligência e Interoperabilidade: Cultura de dados: por que dados são o novo petróleo da gestão? Interoperabilidade: sistemas que conversam entre si. Tomada de decisão baseada em evidências	7,5
Ética, Privacidade e Segurança:	7,5

Lei Geral de Proteção de Dados na administração pública. Ética no uso de Inteligência Artificial e o combate ao viés algorítmico. Cibersegurança e resiliência das infraestruturas críticas.	
Inclusão, Democracia e Participação: O abismo digital: como digitalizar sem excluir idosos, populações rurais e vulneráveis. Democracia digital: transparência ativa, portais de dados abertos e e-participação. O combate à desinformação no setor público.	7,5
Ecosistemas de Inovação e o Futuro: GovTechs e o relacionamento com o mercado inovador. Laboratórios de Inovação Pública (GovLabs): experimentação e aprendizado. Tendências futuras: IoT, Web3 e Governança inteligente das cidades	7,5
REFERÊNCIAS BÁSICAS	
<p>CEPIK, Marco; CANABARRO, Diego Rafael (orgs.). Governança de TI: Transformando a Administração Pública no Brasil. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. Disponível em: https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_48.pdf. Acesso em: 02 ago. 2018.</p> <p>PINHO, José Antonio Gomes de (org.). Estado, sociedade e interações digitais: expectativas democráticas. Salvador: UFBA, 2012.</p> <p>SANTOS, Milton. Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.</p> <p>https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3627/1/2b.%20Review%20OCDE%20Governo%20Digital%20%28Portugu%C3%AAs%29.pdf</p> <p>https://consad.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Painel-32-01.pdf</p>	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	
<p>CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede: a era da informação. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.</p> <p>CGI.br. Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação no setor público brasileiro: TIC Governo Eletrônico 2013. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014. Disponível em: http://cgi.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_eGOV_2013_LIVRO_ELETRONICO.pdf. Acesso em: 02 ago. 2018.</p> <p>FOUNTAIN, Jane E. Construindo um Estado Virtual: Tecnologia da Informação e Mudança Institucional. Brasília: ENAP, 2005.</p> <p>GUIMARÃES, Tomás de Aquino; MEDEIROS, Paulo Henrique Ramos. A relação entre governo eletrônico e governança eletrônica no governo federal brasileiro. Cadernos EBAPE.BR, v. 3, n. 4, p. 1-18, dezembro 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512005000400004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 ago. 2018.</p> <p>VAZ, José Carlos. Administração Pública e Governança Eletrônica? Possibilidades e Desafios para a Tecnologia da Informação. In: Governo Eletrônico: Os Desafios da Participação Cidadã. Fortaleza: Fundação Konrad</p>	

Adenauer, Série Debates, n. 24, dezembro 2002.

MÓDULO III – TCC

Disciplina 12 – TCC

EMENTA
Estudo teórico pertinente à área de conhecimento e linhas de pesquisa do curso que deverá ser apresentado em forma de Monografia.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
JÚNIOR, Waldemar Pacheco; PEREIRA, Vera Lúcia Duarte do Valle; FILHO, Hyppólito do Valle Pereira. Pesquisa científica sem tropeços. São Paulo: Atlas, 2007.
ONOFRIO, Salvatore. Metodologia do Trabalho Intelectual. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO DO CURSO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO

Portaria nº 833/2009-GR

Ementa: Aprova o Projeto do Curso de Especialização em Gestão Pública.

A REITORA, EM EXERCÍCIO, DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, em conformidade com a Lei nº 11.892, de 29/12/2008, publicada no DOU de 30/12/2008, seção 1, página 1/3, e de acordo com a Portaria nº 44, do dia 07/01/2009, publicada no DOU do dia 08/01/2009, seção 2, página 11, Portaria nº 194/2009-GR, de 05/03/2009 e considerando:

- Processo nº 23054.003278/2009-22;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Projeto do Curso de Especialização em Gestão Pública, na modalidade a distância.

Art. 2º Esta Portaria será referendada pelo Conselho Superior

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

GABINETE DO REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, 30 de setembro de 2009.


CAROLINA CAVALCANTI FALCÃO
Reitora em Exercício